



# DIÁRIO da Assembleia da República

X LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2005-2006)

## REUNIÃO PLENÁRIA DE 1 DE JUNHO DE 2005

Presidente: Ex.<sup>mo</sup> Sr. Jaime José Matos da Gama

Secretários: Ex. <sup>mos</sup> Srs. Maria Jesuína Carrilho Bernardo  
Fernando Santos Pereira  
Artur Jorge da Silva Machado  
Abel Lima Baptista

## SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 5 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa da proposta de lei n.º 13/X, da proposta de resolução n.º 2/X, dos projectos de lei n.<sup>os</sup> 89 a 97/X, do projecto de deliberação n.º 3/X e dos projectos de resolução n.<sup>os</sup> 35 e 36/X.

Em debate mensal de interesse relevante, requerido pelo PSD, sobre perspectivas financeiras da União Europeia, abriu o debate com a apresentação do relatório da Comissão de Assuntos Europeus o Sr. Deputado José Eduardo Martins (PSD), tendo depois usado da palavra, a diverso título, além do Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros (Freitas do Amaral), os Srs. Deputados Mário Santos David (PSD), Luís Marques Guedes e

Regina Ramos Bastos (PSD), Luís Braga da Cruz (PS), Luís Fazenda (BE), Honório Novo (PCP), Luís Pais Antunes (PSD), Ana Drago (BE), António Vitorino (PS) e Miguel Anacoreta Correia (CDS-PP).

No encerramento do debate proferiram intervenções os Srs. Deputados Heloísa Apolónia (Os Verdes), Alda Macedo (BE), Álvaro Castello-Branco (CDS-PP), Honório Novo (PCP), António Almeida Henriques (PSD) e João Cravinho (PS) e o Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros.

Foi aprovado um parecer da Comissão de Ética relativo à substituição de um Deputado do PSD.

O Sr. Presidente encerrou a sessão eram 17 horas e 55 minutos.

O Sr. **Presidente** — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

*Eram 15 horas e 5 minutos.*

Srs. Deputados presentes à sessão:

Partido Socialista (PS):

Agostinho Moreira Gonçalves  
Alberto Arons Braga de Carvalho  
Alberto de Sousa Martins  
Aldemira Maria Cabanita do Nascimento Bispo Pinho  
Ana Catarina Veiga Santos Mendonça Mendes  
Ana Maria Ribeiro Gomes do Couto  
António Alves Marques Júnior  
António Bento da Silva Galamba  
António José Ceia da Silva  
António José Martins Seguro  
António Manuel de Carvalho Ferreira Vitorino  
António Ramos Preto  
António Ribeiro Gameiro  
Armando França Rodrigues Alves  
Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho  
Carlos Alberto David dos Santos Lopes  
Cláudia Isabel Patrício do Couto Vieira  
Deolinda Isabel da Costa Coutinho  
Eduardo Luís Barreto Ferro Rodrigues  
Elísio da Costa Amorim  
Fernanda Maria Pereira Asseiceira  
Fernando dos Santos Cabral  
Guilherme Valdemar Pereira de Oliveira Martins  
Horácio André Antunes  
Isabel Maria Batalha Vigia Polaco de Almeida  
Isabel Maria Pinto Nunes Jorge  
Jacinto Serrão de Freitas  
Jaime José Matos da Gama  
João Barroso Soares  
João Cândido da Rocha Bernardo  
João Cardona Gomes Cravinho  
João Miguel de Melo Santos Taborda Serrano  
Joaquim Barbosa Ferreira Couto  
Joaquim Ventura Leite  
Jorge Manuel Capela Gonçalves Fão  
Jorge Manuel Monteiro de Almeida  
Jorge Paulo Sacadura Almeida Coelho  
José Adelmo Gouveia Bordalo Junqueiro  
José Augusto Clemente de Carvalho  
José Carlos Correia Mota de Andrade  
José Carlos das Dores Zorrinho  
José Eduardo Vera Cruz Jardim  
José Luís Pereira Carneiro  
José Manuel Lello Ribeiro de Almeida  
Jovita de Fátima Romano Ladeira  
Júlio Francisco Miranda Calha  
Leonor Coutinho Pereira dos Santos  
Luís Afonso Cerqueira Natividade Candal  
Luís António Pita Ameixa  
Luís Garcia Braga da Cruz  
Luís Manuel de Carvalho Carito  
Luís Miguel Morgado Laranjeiro  
Luísa Maria Neves Salgueiro  
Luiz Manuel Fagundes Duarte  
Manuel Alegre de Melo Duarte

Manuel António Gonçalves Mota da Silva  
Manuel Francisco Pizarro de Sampaio e Castro  
Manuel Luís Gomes Vaz  
Marcos da Cunha e Lorena Perestrello de Vasconcellos  
Marcos Sá Rodrigues  
Maria Antónia Moreno Areias de Almeida Santos  
Maria Celeste Lopes da Silva Correia  
Maria Cidália Bastos Faustino  
Maria Cristina Vicente Pires Granada  
Maria Custódia Barbosa Fernandes Costa  
Maria de Belém Roseira Martins Coelho Henriques de Pina  
Maria de Fátima Oliveira Pimenta  
Maria de Lurdes Ruivo  
Maria do Rosário Lopes Amaro da Costa da Luz Carneiro  
Maria Helena da Silva Ferreira Rodrigues  
Maria Helena Terra de Oliveira Ferreira Dinis  
Maria Hortense Nunes Martins  
Maria Irene Marques Veloso  
Maria Isabel Coelho Santos  
Maria Jesuína Carrilho Bernardo  
Maria José Guerra Gamboa Campos  
Maria Manuela de Macedo Pinho e Melo  
Maria Odete da Conceição João  
Maria Teresa Alegre de Melo Duarte Portugal  
Maria Teresa Filipe de Moraes Sarmento Diniz  
Maximiano Alberto Rodrigues Martins  
Miguel Bernardo Ginestal Machado Monteiro Albuquerque  
Miguel João Pisoeiro de Freitas  
Nelson Madeira Baltazar  
Nuno André Araújo dos Santos Reis e Sá  
Nuno Mário da Fonseca Oliveira Antão  
Osvaldo Alberto Rosário Sarmento e Castro  
Paula Cristina Barros Teixeira Santos  
Paula Cristina Ferreira Guimarães Duarte  
Paula Cristina Nobre de Deus  
Pedro Manuel Farmhouse Simões Alberto  
Pedro Nuno de Oliveira Santos  
Renato Luís de Araújo Forte Sampaio  
Renato Luís Pereira Leal  
Ricardo Jorge Teixeira de Freitas  
Ricardo Manuel de Amaral Rodrigues  
Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves  
Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz  
Rosalina Maria Barbosa Martins  
Rui António Ferreira da Cunha  
Rui do Nascimento Rabaça Vieira  
Sónia Isabel Fernandes Sanfona Cruz Mendes  
Teresa Maria Neto Venda  
Victor Manuel Bento Baptista  
Vitalino José Ferreira Prova Canas  
Vítor Manuel Pinheiro Pereira  
Vítor Manuel Sampaio Caetano Ramalho

Partido Social Democrata (PSD):

Adão José Fonseca Silva  
Agostinho Correia Branquinho  
Ana Maria Sequeira Mendes Pires Manso  
António Edmundo Barbosa Montalvão Machado  
António Joaquim Almeida Henriques  
Carlos Alberto Garcia Poço  
Carlos Alberto Silva Gonçalves  
Carlos Jorge Martins Pereira

Carlos Manuel de Andrade Miranda  
Domingos Duarte Lima  
Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco  
Emídio Guerreiro  
Feliciano José Barreiras Duarte  
Fernando dos Santos Antunes  
Fernando Mimoso Negrão  
Fernando Santos Pereira  
Gonçalo Nuno Mendonça Perestrelo dos Santos  
Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva  
Henrique José Praia da Rocha de Freitas  
Hermínio José Sobral Loureiro Gonçalves  
Hugo José Teixeira Velosa  
Jaime Carlos Marta Soares  
João Bosco Soares Mota Amaral  
Joaquim Carlos Vasconcelos da Ponte  
Jorge Fernando Magalhães da Costa  
Jorge Manuel Lopes Moreira da Silva  
Jorge Tadeu Correia Franco Morgado  
José António Freire Antunes  
José de Almeida Cesário  
José Eduardo Rego Mendes Martins  
José Manuel Amaral Lopes  
José Manuel de Matos Correia  
José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro  
José Mendes Bota  
José Pedro Correia de Aguiar Branco  
José Raúl Guerreiro Mendes dos Santos  
Luís Álvaro Barbosa de Campos Ferreira  
Luís Filipe Alexandre Rodrigues  
Luís Filipe Carloto Marques  
Luís Filipe Montenegro Cardoso de Morais Esteves  
Luís Manuel Gonçalves Marques Mendes  
Luís Maria de Barros Serra Marques Guedes  
Luís Miguel Pais Antunes  
Manuel Filipe Correia de Jesus  
Marco António Ribeiro dos Santos Costa  
Maria do Rosário da Silva Cardoso Águas  
Maria Ofélia Fernandes dos Santos Moleiro  
Mário da Silva Coutinho Albuquerque  
Mário Henrique de Almeida Santos David  
Mário Patinha Antão  
Melchior Ribeiro Pereira Moreira  
Miguel Bento Martins da Costa de Macedo e Silva  
Nuno Maria de Figueiredo Cabral da Câmara Pereira  
Paulo Artur dos Santos Castro de Campos Rangel  
Pedro Miguel de Azeredo Duarte  
Regina Maria Pinto da Fonseca Ramos Bastos  
Ricardo Jorge Olímpio Martins  
Rui Manuel Lobo Gomes da Silva  
Vasco Manuel Henriques Cunha  
Zita Maria de Seabra Roseiro

Partido Comunista Português (PCP):

Abílio Miguel Joaquim Dias Fernandes  
António Filipe Gaião Rodrigues  
Artur Jorge da Silva Machado  
Bernardino José Torrão Soares  
José Batista Mestre Soeiro  
José Honório Faria Gonçalves Novo  
Maria Luísa Raimundo Mesquita  
Maria Odete dos Santos

Miguel Tiago Crispim Rosado

Partido Popular (CDS-PP):

Abel Lima Baptista  
 João Guilherme Nobre Prata Fragoso Rebelo  
 João Nuno Lacerda Teixeira de Melo  
 José Miguel Nunes Anacoreta Correia  
 Luís Pedro Russo da Mota Soares  
 Nuno Miguel Miranda de Magalhães  
 Teresa Margarida Figueiredo Vasconcelos Caeiro

Bloco de Esquerda (BE):

Alda Maria Gonçalves Pereira Macedo  
 Ana Isabel Drago Lobato  
 Fernando José Mendes Rosas  
 Francisco Anacleto Louçã  
 Helena Maria Moura Pinto  
 João Miguel Trancoso Vaz Teixeira Lopes  
 Luís Emídio Lopes Mateus Fazenda  
 Mariana Rosa Aiveca Ferreira

Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV):

Francisco Miguel Baudoïn Madeira Lopes  
 Heloísa Augusta Baião de Brito Apolónia

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, a Sr.<sup>a</sup> Secretária vai proceder à leitura do expediente.

A Sr.<sup>a</sup> **Secretária** (Maria Carrilho): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, deram entrada na Mesa, e foram admitidas, as seguintes iniciativas legislativas: proposta de lei n.º 13/X — Procede à quarta alteração do regime jurídico do cheque sem provisão, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, que baixa à 1.<sup>a</sup> Comissão; proposta de resolução n.º 2/X — Aprova, para ratificação, o Protocolo n.º 14 à Convenção para a Protecção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais do Conselho da Europa, aberto à assinatura em Estrasburgo, em 13 de Maio de 2004, que baixa às 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> Comissões; projectos de lei n.<sup>os</sup> 89/X — Estabelece o imposto de solidariedade sobre as grandes fortunas (BE), que baixa à 5.<sup>a</sup> Comissão, 90/X — Alteração à Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 31/2003, de 22 de Agosto (Lei de protecção das crianças e jovens em perigo) (PCP), que baixa à 11.<sup>a</sup> Comissão, 91/X — Cria a Ordem dos Psicólogos Portugueses e aprova o seu Estatuto (CDS-PP), que baixa às 10.<sup>a</sup> e 11.<sup>a</sup> Comissões, 92/X — Proíbe e pune as discriminações no exercício de direitos por motivos baseados na deficiência (CDS-PP), que baixa às 1.<sup>a</sup> e 11.<sup>a</sup> Comissões, 93/X — Criação das Autarquias Metropolitanas de Lisboa e do Porto (Criação — Atribuições e Competências — e Funcionamento dos seus Órgãos) (PCP), que baixa às 1.<sup>a</sup> e 7.<sup>a</sup> Comissões, 94/X — Altera a Lei n.º 4/2001, de 23 de Fevereiro, (Lei da Rádio) (PSD), que baixa à 8.<sup>a</sup> Comissão, 95/X — Suprime regimes especiais de aposentação para gestores públicos e equiparados e titulares de cargos políticos (BE), que baixa à 1.<sup>a</sup> Comissão, 96/X — Altera a Lei n.º 13/2003, de 21 de Maio, que cria o Rendimento Social de Inserção (PCP), que baixa à 11.<sup>a</sup> Comissão, e 97/X — Adota medidas de apoio à produção e à radiodifusão da música portuguesa (PCP), que baixa à 8.<sup>a</sup> Comissão; projecto de deliberação n.º 3/X — Constituição de um grupo de trabalho para o diagnóstico da situação actual dos maus tratos infantis em Portugal (CDS-PP); projectos de resolução n.<sup>os</sup> 35/X — Elaboração do segundo inquérito alimentar nacional (Os Verdes) e 36/X — Aprofundamento das políticas de promoção dos direitos das crianças (PCP).

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, o período da ordem do dia de hoje consta de um debate mensal de interesse relevante, requerido pelo Grupo Parlamentar do PSD, sobre perspectivas financeiras da União Europeia para o período 2007-2013.

De acordo com o preceituado no Regimento, tem a palavra o Sr. Deputado José Eduardo Martins, relator da Comissão de Assuntos Europeus.

O Sr. **José Eduardo Martins** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: O próximo período de programação financeira da União Europeia decorrerá num enquadramento económico e social muito diferente do actual (2000-2006). O quinto alargamento da União Europeia aos países da Europa Central e Oriental (Eslovénia, Estónia, Eslováquia, Hungria, Letónia, Lituânia, Polónia e República Checa) e às ilhas do Mediterrâneo (Chipre e Malta), concretizado em 1 de Maio de 2004, bem como o

previsto sexto alargamento à Bulgária e à Roménia (planeado para 1 de Janeiro de 2007) condicionarão substancialmente as negociações do próximo «orçamento» comunitário.

Na sequência destes dois alargamentos, a União Europeia terá cerca de 480 milhões de habitantes e um espaço territorial de 4280 milhares de km<sup>2</sup>, representando, assim, um aumento (relativamente à situação actual) de 28% e de 34%, respectivamente. Este alargamento, que pode ser considerado o «maior» de sempre é, simultaneamente, aquele que conduzirá a maiores desequilíbrios territoriais no interior da Comunidade, face ao nível médio de rendimento dos novos aderentes, o qual representa apenas 39% da média comunitária. Por esta razão, o acréscimo do PIB da União, em virtude da adesão de mais 12 países, é de apenas cerca de 4,5% e a captação média do rendimento, medido em paridades de poder de compra, baixa aproximadamente 9%.

Resulta claro — e, pelo ruído de fundo que se está a ouvir na Sala, diria que também resulta claro que, neste momento, o Plenário não está interessado em ouvir o relatório da Comissão, excepção feita ao Grupo Parlamentar do PSD... —....

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — ... que a dimensão superior deste alargamento, ao nível territorial e populacional, relativamente aos anteriores, não tem tradução equivalente em termos de PIB (mais 5,4%, considerando os 12 novos candidatos). O nível inferior de rendimento dos novos Estados-membros produz, assim, um efeito estatístico de redução do nível médio do PIB por habitante, no plano comunitário, e de aumento da respectiva dispersão, no plano regional e nacional. Devido à descida estatística do PIB médio comunitário, que conduziu a que o nível actual de 75% (tecto de elegibilidade) corresponesse em termos reais a 82,6% numa Europa alargada, determinadas regiões da União Europeia a Quinze ficaram estatisticamente excluídas do sistema, como é manifestamente o caso da região do Algarve, em Portugal.

Para além da questão «estatística», que levou a Comissão a propor mecanismos transitórios de compensação, torna-se evidente que o alargamento provocou uma pressão acrescida sobre os recursos em matéria de coesão.

O enquadramento negocial é, assim, bastante claro: a concorrência em torno dos fundos estruturais e de coesão aumentou muito em relação ao período actual, no qual o «Bloco da Coesão» contava com apenas quatro países, um dos quais, a Irlanda, «saiu» do grupo por razão do seu crescimento real.

Para além do factor «mais concorrência», há ainda um segundo elemento fundamental a ter em consideração: os Estados-membros principais contribuintes pretendem reduzir significativamente a sua contribuição para o orçamento comunitário, limitando-a a 1% do PNB da União, em vez dos actuais 1,27%, ou mesmo dos 1,14% propostos pela Comissão.

A Comissão Europeia, como é sabido, apresentou, em Fevereiro de 2004, a comunicação «Construir o nosso futuro em comum — Desafios políticos e recursos orçamentais da União Europeia alargada», que tem vindo a ser debatida, no Conselho, desde Março de 2004.

A comunicação da Comissão constitui a base de discussão nesta matéria, propondo, por um lado, que se mantenha o actual tecto de recursos próprios (uma vez que a Comissão entende que é possível fazer face ao alargamento com o actual tecto de recursos) e, por outro, que as próximas perspectivas financeiras se orientem em torno de quatro grandes prioridades: o desenvolvimento sustentável, a preservação e gestão dos recursos naturais, a cidadania europeia e o reforço do papel da União enquanto parceiro mundial.

Em Julho de 2004, a Comissão apresentou também as restantes peças do puzzle: as propostas legislativas relativas aos fundos estruturais e ao fundo de coesão. A Comissão sustenta que a política de coesão para o período 2007-2013 deverá passar a focar-se apenas em três prioridades (em detrimento das nove anteriormente identificadas): convergência e competitividade, competitividade regional e emprego e cooperação territorial.

As negociações do futuro quadro financeiro comunitário estão ainda a decorrer em Bruxelas e prolongar-se-ão, pelo menos, até ao final de 2005. Contudo, podemos, desde já, antecipar que o próximo período de programação será substancialmente diferente do actual quadro comunitário de apoio (QCA). E é sobretudo curioso que a mais relevante dessas alterações seja, simultaneamente, a menos explícita nas propostas da Comissão, isto é, a deslocação da prioridade política da coesão para a competitividade, situação que obviamente não deixará de arrastar também consequências para o Estado-membro Portugal, que hoje aqui debate este assunto.

Esta mudança de ponderação política está reflectida no quadro financeiro que a Comissão nos propõe para 2007-2013 e, em especial, nas dotações previstas para cada política. O exemplo mais surpreendente desta transição de prioridades consiste na dotação da política de coesão: numa Europa em que o número de beneficiários líquidos da política de coesão cresce significativamente com o alargamento, é proposto um tímido aumento de 33% no envelope financeiro, enquanto que o reforço proposto para a competitividade é superior a 194%, a que não será com certeza alheia a vontade de fazer com que a Estratégia de Lisboa seja um instrumento de crescimento da economia real que nos aproxime de outros crescimentos verificados noutros blocos mundiais.

Mas as novidades para 2007-2013 vão muito além do plano dos princípios, das prioridades e das res-

pectivas dotações financeiras. Tendo como objectivo conferir maior eficácia às intervenções estruturais, a Comissão propõe-nos que as futuras intervenções do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e do Fundo Social Europeu (FSE) se realizem com um único fundo por programa (abordagem «monofundo» por contraposição à actual abordagem «plurifundo»), permitindo ao FEDER e ao FSE financeirar, respectivamente, actividades residuais relacionadas com o capital físico e humano.

Pode ser uma abordagem que nos traga, no futuro, vantagens em relação aos programas operacionais nacionais, mas seguramente tornará difícil a gestão dos programas operacionais regionais, como certamente não deixará de resultar deste debate.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Muito bem!

O **Orador**: — A esta lógica de um instrumento por domínio político e um fundo por programa, soma-se uma segunda alteração muito importante a assinalar na programação do FEDER e do Fundo de Coesão: a sua integração. O Fundo de Coesão e o FEDER passarão, assim, a ter um único sistema de programação no que respeita às infra-estruturas de transportes e de ambiente — que, como calculam, nos diz muito —, simplificando e tornando mais coerentes estas intervenções, segundo a Comissão.

No domínio da programação estratégica e operacional surge ainda aquela que se considera ser uma das mais relevantes e inovadoras propostas da Comissão: a valorização da componente estratégica da intervenção estrutural comunitária.

Apesar do reforço financeiro muito modesto da dotação da política de coesão, não se deve deixar de sublinhar, apesar de tudo, que a Comissão fez um esforço significativo de manutenção desta política perante um ambiente corrosivo de «ataque» pelos principais contribuintes líquidos da União.

Nesta linha, a Comissão propõe-nos que o início do processo de programação seja marcado pela aprovação, pelo Conselho Europeu — isto é significativamente importante para Portugal —, de orientações estratégicas comunitárias para a política de coesão, tratando-se claramente de um reforço da sua visibilidade política, mas, simultaneamente, de uma certa perda de soberania dos Estados-membros em relação à elegibilidade de projectos nesta política de coesão.

Estas orientações vão ser politicamente vinculativas e vão determinar o quadro europeu de referência para os instrumentos nacionais e regionais de programação.

A segunda componente de valorização da intervenção estrutural comunitária traduz-se na substituição dos Planos de Desenvolvimento Regional (PDR) pelos Quadros de Referência Estratégica Nacional (QREN), elaborados pelo Estado-membro e objecto de negociação com a Comissão.

O QREN passará a ser um documento de programação estratégico, ou seja, deixará de incluir, relativamente aos actuais Planos de Desenvolvimento Regional e aos Quadros de Comunitários de Apoio, a maior parte das suas componentes operacionais, que serão transferidas para os Programas Operacionais.

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Para Portugal, o plano do próximo período de programação vai representar uma complexidade acrescida que consiste na diversidade do enquadramento das regiões portuguesas nos objectivos dos Fundos Comunitários. No actual QCA temos apenas uma região em *phasing-out* do Objectivo 1 (Lisboa e Vale do Tejo) e todas as restantes no Objectivo 1. A partir de 2007, haverá alterações nas regiões do Algarve e da Madeira e teremos de nos preparar para um cenário de elegibilidade distinto dos anteriores e actual QCA.

Por outro lado, mais se sublinha a importância da manutenção de uma política de apoio às Regiões Ultraperiféricas (RUP) e às suas especificidades.

Ora, sucede, que numa tentativa de compromisso político, a presidência luxemburguesa acaba de propor alterações significativas à proposta da Comissão, nomeadamente no que diz respeito à política de coesão, quer em termos financeiros quer em termos de afectação nacional dos envelopes financeiros, que novamente significam preocupantes notícias para Portugal, mas que, de certa forma, sublinham a actualidade deste debate.

Em conclusão, da leitura dos acontecimentos anteriores à apresentação da proposta da Comissão, e tendo em conta a evolução das negociações, resulta claríssimo que existe uma possibilidade de redução dos Fundos Estruturais e de Coesão.

A redução global das transferências comunitárias, especialmente as relativas à política de coesão, tem fortíssimas implicações no que respeita ao desenvolvimento económico, social e ambiental de Portugal, bem como implicações financeiras visto que os Fundos Estruturais e o Fundo de Coesão têm também constituído, em Portugal, uma fonte de financiamento relevante do investimento público.

Acresce ainda que, face aos constrangimentos do Pacto de Estabilidade e Crescimento, poderá não ser viável o reforço dos recursos financeiros públicos nacionais para compensar a eventual perda dos Fundos Estruturais no financiamento do investimento.

Por outro lado, a possibilidade de uma redução significativa de transferências no domínio da política estrutural e de coesão exige que actuemos a dois níveis: o da negociação, visto que devemos procurar, em caso de redução da despesa global, que essa seja equitativamente repartida pelas diversas rubricas do orçamento comunitário; e o da preparação do Quadro de Referência Estratégica Nacional para o próximo período de programação, no qual terão de ser promovidas alterações de fundo no dinamismo do acesso de

Portugal às diversas fontes de financiamento comunitário.

As dificuldades e complexidades inerentes a esta negociação são evidentes, mas as fragilidades encontram-se não só do lado de Portugal. A posição dos Seis principais contribuintes líquidos assenta num objectivo comum, mas é de salientar que entre esses seis existem diferenças substantivas no que respeita à valorização/desvalorização do financiamento de determinadas políticas comunitárias. E se é verdade que no deve/haver do Estado português o nosso peso está essencialmente na política de coesão, não é menos verdade que no deve/haver de países subscriptores da «Carta dos Seis» há uma dependência em relação a algumas políticas comunitárias, nomeadamente a Política Agrícola Comum, idêntica à portuguesa relativa à política de coesão.

O parecer da Comissão é o de que, neste contexto, o PSD querer um debate de relevante interesse político sobre o futuro orçamento comunitário em véspera de Conselhos Europeus decisivos sobre uma matéria que, seguramente, requer alargado consenso nacional face à potencial gravidade do insucesso nestas negociações.

*Applausos do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Mário Santos David.

O Sr. **Mário Santos David** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: O próximo Conselho Europeu de 16 e 17 de Junho, em Bruxelas, tem na agenda o encerramento das negociações sobre as próximas perspectivas financeiras da União.

Lamentamos que não tenha sido o Governo a suscitar este tema, pois teria sido natural que dele tivesse partido a iniciativa de debater, na Assembleia da República, um tão importante assunto para o nosso futuro colectivo. Não fora a iniciativa do PSD e esta matéria não teria o debate parlamentar que se exige.

**Vozes do PSD**: — Muito bem!

O **Orador**: — Ora a verdade é esta: temas desta importância estratégica não podem passar ao lado de uma discussão alargada, frontal e transparente. O esforço dos diplomatas e dos eurocratas é essencial, mas não dispensa o escrutínio democrático, a palavra e a decisão dos representantes legítimos do povo português.

Agir em circuito fechado é prestar um mau serviço ao País, à democracia e ao nosso futuro.

O Sr. **José Eduardo Martins** (PSD): — Muito bem!

O **Orador**: — Já começa a ser tempo de percebermos que, em todas as questões — especialmente nas matérias europeias — o secretismo, a linguagem cifrada que nenhum cidadão comprehende, as meias palavras ou o uso do «politiquês» são fórmulas esgotadas.

*Applausos do PSD.*

Até por uma razão adicional: as questões europeias há muito deixaram de ser matéria de política exterior — são cada vez mais temas e matérias de política interna.

Por isso apresentaremos seguidamente na Mesa da Assembleia uma proposta de resolução sobre as perspectivas financeiras como recomendação ao Governo, balizando os objectivos e as prioridades que, em nosso entendimento, deverá observar nesta negociação.

Gostaríamos de colocar algumas questões sobre as três rubricas que têm maior impacto para Portugal. Na rubrica 1a, que se destina à competitividade para o crescimento e emprego, verifica-se um aumento significativo de verbas, o que é ilustrativo da importância atribuída à necessidade de recuperar os atrasos na implementação da Estratégia de Lisboa.

Quanto à Investigação e Desenvolvimento, quais são os nossos objectivos em termos de substância, tendo em vista o 7.º Programa-Quadro? Haverá, como propôs a Comissão, envelopes nacionais mínimos que garantam uma repartição mais equitativa, mantendo a exigência de excelência?

A rubrica 1b destina-se à coesão para o crescimento e emprego. É fundamental conciliar a solidariedade em relação aos novos parceiros com a preocupação de não descurar as carências das regiões mais desfavorecidas dos velhos Estados-membros.

A coesão não é caridade ou desperdício, é uma política que foi adoptada em paralelo com a realização do Mercado Interno.

**Vozes do PSD**: — Muito bem!

O **Orador**: — Os seus efeitos positivos sentem-se em toda a União e os seus retornos económicos vão muito além dos seus beneficiários directos.

A política de coesão reforça a competitividade global da União e é um importante complemento da Estratégia de Lisboa: os recursos financeiros aplicados, porque estimulam o desenvolvimento das regiões menos desenvolvidas, criam um mercado interno homogéneo de dimensão continental, essenciais para a competitividade das empresas europeias.

É, pois, inaceitável qualquer verba que não contemple, no mínimo, 0,41 % do Rendimento Nacional Bruto da União a esta política, bem como uma modulação das verbas dos vários envelopes nacionais em função da riqueza relativa dos vários Estados beneficiários.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — De acordo com o proposto pela Comissão, a verba que caberá a Portugal a título das acções estruturais ascenderá a 20 mil milhões de euros, correspondendo a uma intensidade da ajuda *per capita*/ano de 290 euros. Importa, pois, saber, na perspectiva do Governo, quais seriam os montantes mínimos da política de coesão que poderíamos considerar aceitáveis. Que cortes podem ser suportados pela nossa economia? Qual a posição portuguesa face à reivindicação espanhola de um *phasing-out* do Fundo de Coesão?

Uma referência às Regiões Ultraperiféricas, já que defendemos a necessidade de encontrar uma solução coerente com o respectivo estatuto especial que está consagrado nos tratados. Sentimos insatisfação com as propostas em discussão: insatisfação pelo montante global proposto, que é insuficiente; insatisfação pela forma de repartição entre as sete regiões, assente exclusivamente na população, preferindo antes um critério relacionado com a prosperidade nacional.

No caso muito peculiar da Região Autónoma da Madeira, face às particulares condições estatísticas em que se encontra, está o Governo empenhado em encontrar uma solução transitória específica para o caso, como o Governo finlandês, por exemplo, propõe para a região de Itä-Suomi?

Finalmente, a rubrica 2 destina-se à conservação e gestão de recursos naturais. Devemos defender a natureza global da negociação e recusar a existência de despesas intocáveis e acordos parcelares. Portugal deu, de boa-fé, o seu acordo às importantes verbas envolvidas no Acordo da PAC de 2002, na medida em que ninguém então enunciou a intenção de baixar o tecto das despesas.

Tendo sido reconhecida pelo Conselho Europeu a especificidade da agricultura portuguesa, devemos recusar quaisquer cortes no Desenvolvimento Rural. Tem o Governo quantificado os objectivos nacionais, e desenvolvido o argumentário para que fiquemos ao abrigo do corte de 8% nos envelopes dos antigos Estados-membros?

Quanto ao ambiente, quais os objectivos nacionais em termos de financiamento da Rede Natura 2000? E qual o valor global do Fundo que tem sido reivindicado para este domínio?

Consideramos uma hipocrisia o Conselho Europeu reiterar a limitação do tecto orçamental comunitário a 1,24% do Rendimento Nacional Bruto, fingindo que nada muda para, no parágrafo seguinte, limitar a 1% as dotações para autorizações, como vem exigindo o «Grupo dos Seis».

Defendemos a necessidade de encontrar uma solução alternativa ao cheque britânico que não seja o mecanismo generalizado de compensação. Gostaríamos de saber quais os impactos para o nosso país das várias hipóteses em discussão.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Estamos conscientes das condições desta negociação, no seguimento dos recentes dissabores no processo de ratificação do Tratado Constitucional, na expectativa do resultado das eleições legislativas antecipadas no maior contribuinte líquido da União, numa conjuntura económica e social no nosso continente que tarda em iniciar uma recuperação consistente.

O não cumprimento do calendário previsto seria uma demonstração de falta de solidariedade e vontade colectivas que relance a confiança dos cidadãos no projecto europeu.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Tendo como base a proposta da Comissão, tal como impõem os tratados, é possível encontrar economias que viabilizem um possível acordo sem ser à custa da política de coesão, que recusamos liminarmente ver como única ou principal «variável de ajustamento» de um exercício de restrição orçamental.

O desafio principal é o de assegurar à União a suficiência de meios, também ela prevista nos tratados, que devem estar à altura das nossas ambições. Não podemos desejar mais e melhor Europa e, simultaneamente, não a dotar dos recursos financeiros necessários à implementação das suas políticas.

Tendo em conta a forte pressão restritiva, é possível que tenhamos que explorar, na «25.ª hora», a possibilidade de situações *ad-hoc*. Já o vimos no passado, e sabemos que outros Estados se preparam para fazer depender da sua aceitação o seu aval final.

Aqui, comprehensivelmente, não pedimos uma resposta pública ao Governo em termos de áreas ou montantes, para lhe deixar maior margem de manobra negocial. Mas, como contributo, não deixaremos de referir como possíveis temas a explorar alguns grandes projectos estruturantes que não se limitam necessariamente a infra-estruturas materiais, como o deficiente caso específico português no domínio da educação/formação/qualificação, a correcção da nossa dependência energética, o reequilíbrio das assimetrias litoral/interior ou a abordagem abrangente e pluridisciplinar dos temas do mar.

Portugal está a negociar a sua última grande oportunidade em termos de fundos comunitários indispensáveis ao nosso desenvolvimento. Esta negociação é uma questão nacional. Nunca cairemos na tentação de fazer dela matéria de querela partidária. Um mau ou um medíocre resultado negocial não seria apenas uma derrota do Governo mas um sério e irreversível revés para Portugal!

Em conclusão, temos de sublinhar nesta negociação que há um «caso português», desde logo porque somos o País mais afectado com o recente alargamento da União Europeia, o que reclama uma negociação exigente, e quanto maior for o consenso no plano interno maior será a exigência negocial no plano externo.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Várias questões devem ser acauteladas no resultado da negociação, mas uma delas é decisiva: Portugal não pode aceitar dar o seu acordo a uma negociação em que o volume de fundos a receber não seja semelhante ao do último Quadro Comunitário de Apoio. É uma atitude ambiciosa e exigente, mas justificada e fundamentada.

Portugal deve ter uma estratégia coerente para aplicação dos novos Fundos, uma estratégia que tenha em mente duas preocupações essenciais: apostar no objectivo do aumento da produtividade nacional; e investir em tudo quanto signifique apostar na competitividade do Estado, da economia e das empresas.

A União Europeia no seu todo e Portugal em particular necessitam de um Acordo sobre as perspectivas financeiras que seja justo e equilibrado, em que todos os 25 se possam rever, em que a solidariedade, que é a chave do sucesso do alargamento, se possa materializar.

Daqui expressarmos, pois, os votos de melhor êxito ao Sr. Primeiro-Ministro. Não seria aceitável que não tivesse, pelo menos, o mesmo sucesso que Cavaco Silva, em Edimburgo, ou António Guterres, em Berlim.

*Aplausos do PSD.*

**O Sr. Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros.

**O Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros** (Freitas do Amaral): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Gostaria de começar por saudar a iniciativa do PSD, ao propor a realização deste debate, pois trata-se de um debate importante, oportuno e que pode ser útil.

Contudo, discordo do Sr. Deputado Mário Santos David quando critica o Governo por não ter sido o próprio Governo a proporcionar ou a promover este debate. A verdade é que, segundo a Constituição, o Governo não tem de pedir orientações à Assembleia da República acerca de negociações internacionais em curso. A Assembleia da República é que tem o direito de pedir informações ao Governo sobre essa matéria.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Quero declarar, para que conste, que os grandes objectivos de Portugal e as linhas gerais da estratégia negocial nesta matéria das perspectivas financeiras da União Europeia para 2007/2013 vêm já dos dois governos anteriores e não houve que alterar nada de essencial desde que este Governo tomou posse. Só o argumentário foi reforçado e a dinâmica negocial teve de adquirir um ritmo mais acelerado pela própria aproximação do desfecho das negociações.

Estamos, portanto, numa matéria em que a continuidade da política externa portuguesa tem um bom exemplo de concretização. Faço votos para que se concretizem na prática as palavras do Sr. Presidente do PSD e dos Srs. Deputados que hoje falaram, no sentido de não utilizar este tema como querela partidária.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Antes de entrar em alguns desenvolvimentos e aprofundamentos, que a Assembleia da República decerto apreciará, gostaria de abordar três questões prévias.

Em primeiro lugar, será que poderemos prever com razoabilidade que haverá um acordo sobre perspectivas financeiras nos próximos dias 16 e 17 de Junho, em Bruxelas? Até há oito dias diria que sim, que as coisas se encaminhavam lentamente para esse objectivo. Neste momento, tenho, honestamente, que dizer que não sei. Pode acontecer que a crise provocada pelo «Não» em França, pelo eventual «Não» da Holan-

da e pela antecipação das eleições gerais na Alemanha tenha repercuções negativas sobre a possibilidade de encerrarmos o acordo sobre perspectivas financeiras agora em Junho.

Mas também pode acontecer precisamente o contrário: pode acontecer que o Conselho Europeu tome consciência de que, havendo uma ou várias crises políticas na Europa e na União Europeia, o melhor sinal a dar perante a Europa e o mundo é precisamente o de mostrar que nada de essencial parou e aprovar as perspectivas financeiras para os próximos sete anos na data prevista.

É neste sentido que Portugal vai actuar, mas não posso garantir que se consiga.

Em segundo lugar, respondo a uma pergunta que está na mente de alguns Srs. Deputados, embora tenha sido cortada da versão final do relatório que aqui foi hoje lido. Haverá o risco de Portugal vir a ser, no período de 2007 a 2013, um contribuinte líquido da União Europeia? A resposta é a de que não existe esse risco, a não ser que ocorra uma alteração profunda e radical de todos os parâmetros que têm vindo a orientar a actual negociação. Com efeito, com o nosso nível de prosperidade, mantendo-se o sistema actual de recursos próprios, mesmo que se mantenha o *rebate* inglês e para um montante de despesa da ordem do proposto pelo Luxemburgo, Portugal pagaria anualmente, num cálculo grosseiro, cerca de 1500 milhões de euros para o orçamento da União Europeia, ou seja, 10 500 milhões de euros no período considerado. Ora, mesmo no mais restritivo dos cenários até agora propostos, só o «envelope» nacional a título de coesão é superior àquele montante, havendo ainda que lhe adicionar as transferências agrícolas e as relativas a outras políticas e programas da União. E há mais: partimos do pressuposto de que nada mudará no sistema de financiamento da União Europeia, o que não corresponde à realidade, pois alguma alteração haverá na questão do cheque britânico.

A terceira questão prévia que quero abordar passa por perguntar se é possível e realista pensar que Portugal vai obter um montante de fundos comunitários aproximadamente idêntico ao do III Quadro Comunitário de Apoio, vigente para o período 2000/2006, actualmente em vigor. Só com muita ignorância tal se poderá afirmar.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Em primeiro lugar, porque há três regiões portuguesas que saem da coesão. A saber, Lisboa,...

**Vozes do BE:** — Lisboa?...

**O Orador:** — ... Algarve e Madeira.

Em segundo lugar, porque há 10 novos países que entram para a coesão, 8 dos quais têm um nível de prosperidade nacional francamente inferior ao nosso.

Em terceiro lugar, porque o montante global da coesão vai necessariamente baixar por causa da famigerada e infeliz «Carta dos Seis». A verdade é que ela existe, a verdade é que ela pesa nas negociações. Foi, aliás, por isso que a anterior maioria, não sei se no seu primeiro ou no seu segundo governo, promoveu — e muito bem — a iniciativa dos «Amigos da Coesão». Foi precisamente por esta razão, portanto, é estranho que, agora, alguém do PSD venha pretender que é possível, se o Governo for enérgico, conseguir um montante na Coesão idêntico ao do III Quadro Comunitário de Apoio...!

Gostaria, aliás, se me permitem, de citar neste momento, a propósito deste tema, a declaração feita nesta Assembleia por um Primeiro-Ministro do PSD sobre a matéria: «O alargamento da União Europeia a 25 países implica uma menor distribuição de fundos europeus para Portugal a partir de 2007»... Só não direi qual dos Primeiros-Ministros fez esta declaração porque não gostaria de criar divisões no seio do Grupo Parlamentar do PSD!

**Vozes do PSD:** — Oh!

**O Sr. António Montalvão Machado (PSD):** — Que hipocrisia!

**O Orador:** — Gostaria agora de relatar à Assembleia como têm evoluído as negociações sobre as perspectivas financeiras.

No III Quadro Comunitário de Apoio, Portugal receberia, a título de coesão, 22 847 milhões de euros. Segundo a «Carta dos Seis», Portugal receberia apenas 17 487 milhões de euros, ou seja, menos 23,5% do que no Quadro actualmente em vigor. Segundo a «proposta Prodi», Portugal receberia 22 085 milhões de euros, a saber, menos 3,3% do que no Quadro actual. Na primeira proposta da presidência do Luxemburgo, formulada antes ainda da «Carta dos Seis», os números eram idênticos aos da «Comissão Prodi». Todavia, na segunda proposta da presidência do Luxemburgo, formulada já depois de ter surgido a «Carta dos Seis», a posição portuguesa era substancialmente piorada. Na melhor das hipóteses, receberíamos 19 864 milhões de euros, menos 13,1% do que actualmente, enquanto na pior das hipóteses receberíamos apenas 15 603 milhões de euros, ou seja, menos 31,7% do que a verba actual.

Foi nesta altura que o actual Governo entrou em funções e teve ocasião de dizer publicamente que não

aceitava a proposta do Luxemburgo e que, se fosse necessário, a vetaria.

*Aplausos do PS.*

Em resultado da nossa posição e, em geral, da posição dos «Amigos da Coesão», que foram fortemente críticos e se mantiveram solidários, a terceira proposta do Luxemburgo apresenta como hipótese máxima 18 682 milhões de euros — menos 18,2% do que actualmente recebemos — e como valor mínimo 17 241 milhões de euros, ou seja, menos 24,5% do que actualmente recebemos.

Srs. Deputados, a realidade nua e crua é, portanto, esta: existe ainda, neste momento, um risco significativo de que Portugal possa perder, em relação ao III Quadro Comunitário de Apoio, cerca de 25%. Posso desde já declarar-lhes que, se for essa a proposta final em cima da mesa, Portugal vetá-la-á!

*Aplausos do PS.*

Em sentido contrário, a melhor proposta do Luxemburgo que está em cima da mesa é a que leva Portugal a perder 18,2%. Esta é, contudo, uma proposta que merece a rejeição dos Seis. A margem de manobra da presidência luxemburguesa e dos 25 Governos que se sentam à mesa do Conselho é, portanto, bastante limitada. Acresce que, como já foi notado há pouco, as crises alemã, francesa e, porventura, holandesa tornam tudo um pouco mais complexo.

Traçado este quadro, gostaria de vos dizer quais são os princípios e objectivos negociais que Portugal tenciona seguir nesta penúltima fase, ou seja, até ao Conselho de Assuntos Gerais do dia 13 de Junho.

Primeiro, o valor global tem de ser necessariamente superior a 1%, porque, se o não for, isso significa a vitória pura e simples do directório dos ricos, que nós nunca aceitaremos.

*Aplausos do PS.*

Segundo, a coesão não pode ser a única nem a principal variável do ajustamento.

Terceiro, a questão do cheque britânico tem de ser resolvida ou, pelo menos, tem de começar a ser resolvida.

Quarto, as verbas da coesão têm de aumentar, porque o apoio a Portugal sob a rubrica «Coesão» tem de corresponder efectivamente aos critérios objectivos da política de coesão da União Europeia, ou seja, não queremos que as nossas regiões que ainda se encontram integradas nessa rubrica da coesão recebam menos do que outras regiões mais desenvolvidas.

Quinto, a última verba proposta pelo Luxemburgo para o desenvolvimento rural não poderá sofrer mais cortes.

Sexto, é necessária uma solução específica para a Madeira, acerca da qual temos apresentado propostas diversas que estão a ser estudadas pela presidência do Luxemburgo.

Termino, fazendo três observações complementares.

Em primeiro lugar, para dizer que o esforço feito pelos governos de Portugal até aqui e aquele que temos feito desde que o actual Governo tomou posse tem sido enorme. Contudo, se não obtivermos o mínimo que consideramos justo e razoável, utilizaremos o nosso voto e estou perfeitamente convencido de que não ficaremos isolados.

Em segundo lugar, gostaria de dizer que é pior aceitar um mau acordo do que não ter acordo algum. Como tal, se a única hipótese em cima da mesa for a de alcançarmos um mau acordo para Portugal, deixaremos a negociação passar para a presidência inglesa. E se aí não houver um bom acordo, ela passará para a presidência seguinte.

O Sr. **Alberto Martins** (PS): — Muito bem!

O **Orador**: — Em terceiro lugar, diria que, terminado este exercício que diz respeito ao período de 2007 a 2013, verifica-se que está esgotada a actual fórmula de financiamento da União Europeia, pensada para 15 membros, já muito forçada para 25, e inviável para 30. Portugal, quer através do Governo, quer através dos Deputados portugueses ao Parlamento Europeu, que assim me propuseram, tendo eu concordado, estará na linha da frente da revisão do modelo de financiamento da União Europeia no capítulo das receitas próprias. Não tem lógica nem é viável, na prática, querer mais Europa e estar sempre a cortar na despesa, sem nunca aceitar o aumento da receita. Temos de ser realistas e não podemos acompanhar os países mais ricos no seu egoísmo.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Para defender a consideração da bancada, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor. Dispõe de 3 minutos.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, num debate que deve ser elevado e sério — e esperemos que depois deste incidente volte a sê-lo —, relativamente a uma matéria importante para Portugal, o Sr. Ministro, de uma forma completamente incompreensível, fez um discurso em que ziguezagueou entre o elogio e o quase insulto à bancada do PSD.

O Sr. **António Montalvão Machado** (PSD): — Muito bem!

*Protestos do PS.*

O **Orador**: — O Sr. Ministro começou por saudar a iniciativa do Partido Social Democrata pela realização deste debate, mas lembro que quem devia ter tomado a iniciativa de o fazer era o Governo, como no passado sempre ocorreu e como politicamente é uma sua estrita obrigação. Este debate já devia ter sido realizado há muito tempo!

Fez bem o Sr. Ministro em começar por saudar o PSD, mas devia ter feito *mea culpa* ou, ao menos, ter apresentado uma explicação para o facto de o Governo não ter vindo à Assembleia há mais tempo debater esta matéria com os Deputados.

Depois, o Sr. Ministro saudou o Presidente da bancada do PSD pelas declarações ontem proferidas com bastante sentido de Estado, num debate que ocorreu nesta Assembleia da República, ao ter abordado esta matéria numa perspectiva que não a da querela partidária, para, imediatamente a seguir, de uma forma que considero quase insultuosa, ter-se permitido entrar numa espécie de intriga partidária contra o Partido Social Democrata, de uma forma perfeitamente gratuita, inútil e indigna de um membro do Governo.

O Sr. **Mário Santos David** (PSD): — Muito bem!

O **Orador**: — Devo dizer ao Sr. Ministro que, num discurso em que pretendeu falar sobre os fundos de coesão, em nada contribuiu para a coesão política que, numa matéria como esta, obviamente, deve estar presente em todos os responsáveis, a começar por si e por outros membros do Governo.

*Aplausos do PSD.*

Por último, permita-me que lhe diga também que de tudo o que o Sr. Ministro disse da tribuna o que resultou foi um exercício, um ensaio, uma tentativa de baixar as expectativas para, porventura — oxalá que não! —, poder depois branquear um resultado menos favorável para Portugal.

O Sr. Ministro pode ter a certeza de que estamos cientes das dificuldades e de que apoiamos o Governo em tudo aquilo que precisar para que o resultado seja bom para o nosso país. Mas não é sério nem faz qualquer tipo de sentido que, num debate como este, o Sr. Ministro faça um exercício deste tipo, com a deslegitimização com que o fez, e venha aqui colocar uma espécie de ferrete por cima do PSD, que tomou a iniciativa deste debate, criando um clima de intriga que em nada, mas em nada, significa o Governo e o Sr. Ministro.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Para dar explicações, tem a palavra o Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, dispondo também de 3 minutos.

O Sr. **Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Luís Marques Guedes, gostaria de começar por dizer que o Governo não tem qualquer obrigação de promover este debate. V. Ex.<sup>a</sup> está enganado. O Governo já deu todas as explicações que tinha a dar na Comissão de Assuntos Europeus.

**Vozes do PS**: — Muito bem!

O **Orador**: — Não sei se o Sr. Deputado faz parte desta Comissão, mas, mesmo que não faça, certamente foi informado pelos seus colegas de bancada de tudo quanto já foi dito por duas vezes — uma, por mim, e outra, pelo Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Europeus, ontem à tarde.

**Vozes do PS**: — Muito bem!

**O Orador:** — Tudo quanto foi perguntado foi esclarecido e, portanto, o Governo não se sentia minimamente obrigado a promover um debate em Plenário, porque parte do princípio de que os Srs. Deputados que se encontram nas comissões parlamentares informam os respectivos grupos parlamentares daquilo que lá se passa.

*Aplausos do PSD.*

Em segundo lugar, o Sr. Deputado, cuja forma de falar truculenta é de todos conhecida,...

*Protestos do PSD, batendo com as mãos nos tampos das bancadas.*

... acusou-me de ter feito uma declaração insultuosa. Não sei se V. Ex.<sup>a</sup> conhece o significado etimológico da palavra «insulto», mas devo dizer que, de facto, não fiz qualquer insulto, apenas disse que queria poupar, num propósito construtivo,...

**O Sr. Luís Marques Guedes (PSD):** — Isso é intriga!

**O Orador:** — ... ao Grupo Parlamentar do PSD as profundas dificuldades, que para mim foram óbvias, uma vez que estive presente durante o tempo todo (ao contrário de V. Ex.<sup>a</sup>, que saiu várias vezes) no debate do Programa do Governo e no último debate em que o Sr. Primeiro-Ministro anunciou as medidas sobre a contenção do défice excessivo...

**O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP):** — Suponho que na bancada do PS tenham estado todas as pessoas durante o tempo todo!

**O Orador:** — É que ficou patente para todos nós que, sempre que se falava dos dois governos do PSD dos últimos três anos, a bancada...

**O Sr. Luís Marques Guedes (PSD):** — Mais uma vez, continua na intriga!

**O Orador:** — Estou a responder, Sr. Deputado! O Sr. Deputado pode criticar-me e eu, no mínimo, posso responder!

*Protestos do PSD.*

**O Sr. António Montalvão Machado (PSD):** — Hipocrisia total!

**O Orador:** — Não posso responder?

*Protestos do PSD.*

Sr. Presidente, não posso responder?

**O Sr. Presidente:** — Pode, Sr. Ministro. Peço aos Srs. Deputados que deixem o Sr. Ministro responder.

**O Orador:** — Se os Srs. Deputados quiserem fazer o favor de ouvir, eu respondo.

Como eu estava a dizer, ficou perfeitamente patente que, sempre que o Governo tentou imputar responsabilidades, em certas matérias, àquilo que os dois anteriores governos PSD/CDS, baseados na vossa maioria parlamentar, fizeram nos últimos três anos,...

**O Sr. José Eduardo Martins (PSD):** — E apoiados por si!

**O Orador:** — ... a bancada do PSD sempre quis libertar-se do governo dos últimos seis meses e situar o debate no primeiro dos dois governos. Isto foi visível.

**O Sr. Presidente:** — Queira concluir, Sr. Ministro.

**O Orador:** — Recordar isso, Sr. Deputado, não é um insulto...

**O Sr. António Montalvão Machado (PSD):** — É uma tristeza!

**O Orador:** — ... mas apenas a constatação objectiva de um facto!

*Aplausos do PS.*

**O Sr. José Eduardo Martins (PSD):** — É uma chicana política na voz do Ministro de Estado!

**O Orador:** — Para terminar, Sr. Deputado, devo dizer que não estou a baixar nem a subir expectativas, estou a referir-me ao número que consta da última proposta da presidência do Luxemburgo.

Se V. Ex.<sup>a</sup> acha que isso é um número de circo, o circo é da presidência da União Europeia, não é meu! Está escrito que o número é aquele e não outro, Sr. Deputado! Temos que nos habituar a lidar com os números!

*Aplausos do PS.*

**O Sr. Luís Marques Guedes (PSD):** — O «circo» é seu!

**O Sr. Presidente:** — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Regina Ramos Bastos.

**A Sr.<sup>a</sup> Regina Ramos Bastos (PSD):** — Sr. Presidente, Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, os desafios que Portugal tem de enfrentar são exactamente os mesmos que têm de enfrentar os nossos parceiros europeus. Sem distinção de grandeza, riqueza, situação periférica ou centralidade, a Europa e cada um dos seus Estados-membros tem de dar respostas às prioridades que definiu.

É para nós claro que as perspectivas financeiras para o período 2007-2013 têm de estar em estreita coerência com os objectivos definidos na Estratégia de Lisboa. A revisão da Estratégia de Lisboa reorientou as prioridades para o crescimento e o emprego. Daí a necessidade de as próximas perspectivas financeiras permitirem o financiamento daqueles objectivos cruciais estratégicos. O pressuposto vital para os atingir é claro e consensual: a aposta na valorização do capital humano. É aqui que reside a chave do crescimento económico, da criação de mais e melhor emprego, da competitividade e da coesão social.

A educação/formação, a qualificação e a aprendizagem ao longo da vida são o garante da sociedade do conhecimento para que aponta a Estratégia de Lisboa.

Mas é de todos sabido que, também aqui, Portugal e os portugueses estão em desvantagem em relação aos seus parceiros comunitários. Também nestes domínios somos um País com problemas específicos. A nossa linha de partida fica muito aquém da dos nossos parceiros. Temos uma elevada taxa de abandono escolar e um nível de qualificações muito baixo. O nosso modelo de desenvolvimento económico, assente em baixas qualificações e mão-de-obra barata, que rendeu até finais da década de 90, entrou em colapso com a economia globalizada e com a concorrência das economias emergentes como a China, a Índia e, também, os novos Estados-membros da União. Temos vindo a assistir à deslocalização de empresas para esses países e ao desemprego a aumentar em muitos sectores, sobretudo no têxtil.

O discurso europeu apela à aquisição de novas competências e aptidões como forma de reintegrar as pessoas desempregadas num mercado de trabalho mais exigente e competitivo. O balanço intercalar da Estratégia de Lisboa demonstrou que é preciso acelerar o andamento nestes domínios de intervenção, o que justifica, obviamente, um aumento da despesa ao nível europeu.

**O Sr. Presidente:** — Sr.<sup>a</sup> Deputada, queira concluir.

**A Oradora:** — Terminei de imediato, Sr. Presidente.

Apesar disso, o crescimento orçamental proposto para a política social aumenta substancialmente menos relativamente aos outros objectivos que beneficiam de aumentos superiores.

Sr. Ministro, a preocupação que se assinala tem a ver com estas questões fulcrais: por um lado, educação/formação, qualificação e aprendizagem ao longo da vida e, por outro, políticas de inclusão social.

O nosso País tem especiais carências e fragilidades. Impõe-se perguntar: está o Governo de V. Ex.<sup>a</sup> disposto a invocar esta especificidade de Portugal para reclamar um esforço de verbas do próximo quadro comunitário para aquelas áreas de intervenção? Nesse sentido, tenciona o Governo exigir uma solução *ad-hoc* para fazer face à situação singular de Portugal que, sem exagero ou falsos dramatismos, configura uma real situação de assimetria social?

*Aplausos do PSD.*

**O Sr. Presidente:** — Uma vez que o Sr. Ministro informou a Mesa que responderá no fim atendendo ao tempo de que dispõe, para pedir esclarecimentos, tem a palavra ao Sr. Deputado Luís Braga da Cruz.

**O Sr. Luís Braga da Cruz (PS):** — Sr. Presidente, Sr. Ministro, deixe-me cumprimentá-lo pela clareza da sua exposição, uma vez que eu tinha três perguntas para lhe fazer, duas das quais o Sr. Ministro já res-

pondeu cabalmente, nomeadamente se havia expectativa de fechar o quadro orçamental na próxima cimeira e se havia risco de Portugal ser contribuinte líquido.

No entanto, gostaria ainda de colocar-lhe uma outra questão. É sabido que, dos quatro países iniciais do Fundo de Coesão, Espanha não será consagrada no próximo enquadramento. Também é sabido que Espanha tem vindo a desenvolver um *lobby*, nomeadamente junto dos países do alargamento, no sentido de consagrar um *phasing-out* para o Fundo de Coesão, o que, como também sabemos, não tem precedente, nem aquando da saída da Irlanda.

Gostaria de saber qual era a posição de Portugal em relação a essa atitude de Espanha, visto que temos tido posições alinhadas com Espanha, estando nós de pleno direito no grupo dos países da coesão.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Fazenda.

O Sr. **Luís Fazenda** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, sabemos que o orçamento da União é fracamente redistributivo, o que não abona em relação às políticas e às declarações de intenção que visam promover a coesão territorial e a coesão social no interior da União, havendo, neste aspecto, um retrocesso em relação a estádios anteriores.

O Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros disse-nos que a posição do Governo é a de não aceitar, isto é, vetar tudo aquilo que seja inferior ou meramente situado em 1% do rendimento nacional bruto da União, porque isso seria ceder aos países ricos, isso seria ceder ao directório.

Deixando agora de lado a questão de saber qual será a margem negocial do Governo entre essa posição e a posição inicial da Comissão, gostaria que nos dissesse como é que entende esta situação. É que, na nossa óptica, quem provocou uma crise política na União foram os seis e a sua carta, a sua pretensão de baixar os fundos da União, isto é, a redistribuição necessária.

Portanto, a responsabilidade da crise que está aberta é dos Seis, não é de qualquer um dos outros países, que procuram justamente ressarcir-se do seu desenvolvimento desigual no âmbito da União. Não creio que uma posição de força de Portugal ou de outros países seja a causa dessa crise mas, sim, a resposta a uma crise que está criada. E as crises enfrentam-se com respostas mais radicais como as que o Governo aqui indica.

Gostaria de saber se vamos ou não continuar a defender a base proposta pela Comissão e se, neste momento em que será necessário rever toda a política da União Europeia neste campo, independentemente das propostas que o Governo português vai fazer para futuro de modelo de financiamento, iremos (acompanhados, espero) defender um aumento de montante dos fundos da União Europeia. Isto porque, mesmo a percentagem proposta de 1,14%, é extremamente baixa para efeitos de redistribuição, tendo em conta o actual alargamento, bem como os alargamentos futuros.

Por conseguinte, se esta for a via de saída, é bem-vinda a crise e é bem-vindo o debate, mas gostaríamos que o Governo português tomasse uma posição mais clara.

*Aplausos do BE.*

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Honório Novo.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, de facto, é muito difícil aceitar ou compreender a ideia de ter mais Europa, fazer o alargamento a 25 ou a 27 países e, simultaneamente, aceitar o princípio de que é possível fazer face aos problemas resultantes desses alargamentos com os meios financeiros actuais. Portanto, é difícil aceitar ou entender que, para a Europa dos 15, o limite de financiamento de recursos próprios seja 1,27% do PIB e que estejamos perante um quadro em que, para a Europa dos 25 ou dos 27, esse limite passe para 1% ou 1,06%. Aliás, sobre isto, devo dizer, o Sr. Ministro acaba de nos demonstrar uma posição curiosíssima, porque se for um pouco mais de 1% o Governo português já considera isto uma vitória, na medida em que é uma derrota do grupo dos Seis. Ou seja, se de 1,27% se passar para 1,07%, que é uma diminuição de 20 pontos percentuais, o Governo português, pela voz autorizada do Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, acaba de nos dizer que considera isso uma importante vitória negocial. Confesso que não entendo onde está essa vitória!

Sr. Ministro, não se pode acenar com solidariedade ao País que é, e será, reconhecidamente o mais prejudicado com o alargamento. Não se pode falar em solidariedade quando este País tem regiões que podem passar a ser menos apoiadas só porque enriqueceram na «secretaria». É o caso do Algarve. Não é o caso de Lisboa, e tenho a impressão de que há um erro da parte do Sr. Ministro, porque Lisboa saiu do Objectivo 1 já em 1999, e não agora, como me pareceu que disse na sua intervenção.

Gostava, pois, de saber o que é que Portugal está a pensar fazer para enfrentar estas duas questões, que são as regiões enriquecidas estatisticamente e os impactos específicos em Portugal resultantes do alargamento.

Sr. Ministro, quero ainda referir um aspecto que é central, depois do «não» no referendo em França.

Neste contexto, depois de a França ter dito «não», enfrentando a catástrofe e as pressões, parece evidente que o projecto de Constituição Europeia terá de ser, de uma forma ou de outra, alterado, renegociado, chama-mos-lhe o que quisermos.

Por conseguinte, tenho duas questões a colocar, sendo que a primeira diz respeito às consequências do «não» para as negociações no quadro financeiro. É intenção do Governo isolar e separar completamente as duas questões e os dois debates, o que julgamos mais prudente, ou, pelo contrário, será que o Governo está interessado em alinhar nalguma irresponsabilidade que se vê por aí de fechar um acordo já em Junho, a qualquer preço, não importa como, só para dar uma imagem, que é artificial, quiçá virtual, de coesão e de força internas?

Segunda questão: considera ou não mais prudente, neste contexto, repensar as datas previstas para o referendo. Que necessidade temos nós de acelerar esse processo?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, queira concluir.

O **Orador**: — Estou a terminar, Sr. Presidente.

Em que condições ficaria Portugal para participar numa renegociação se, entretanto, tiver já concluído, por exemplo, o processo referendário?

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Exactamente!

O **Orador**: — Pode acontecer que tenha de fazer um novo referendo, no caso de o tratado ser alterado e renegociado, sendo que, durante essa renegociação, Portugal, obviamente, iria perder capacidade negociativa para impor eventuais alterações que lhe conviessem nesse processo de renegociação. Do nosso ponto de vista, merece ser alterado, e profundamente, esse tratado.

**Vozes do PCP**: — Muito bem!

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Pais Antunes.

O Sr. **Luís Pais Antunes** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, tenho três questões para lhe colocar sobre outros tantos temas, que passo a abordar.

Em primeiro lugar, gostaria de lhe pedir esclarecimentos relativamente a um aspecto que mencionou na sua intervenção, que tem a ver com a Política Agrícola Comum. Referiu o Sr. Ministro, a propósito da PAC, como uma das condições inegociáveis a não redução da verba constante da última proposta da presidência luxemburguesa relativamente ao chamado 2.º pilar da PAC, o desenvolvimento rural.

Gostaria de saber qual a posição do Governo relativamente ao pacote negociado em 2003, concretamente se para o Governo esse é um assunto fechado que não poderá ser colocado de novo em cima da mesa, ou se, pelo contrário, tendo em consideração que, na altura, o pacote foi negociado com base em determinados pressupostos que agora não se verificam, o Governo admite voltar a colocar a questão em cima da mesa e a integrá-la no conjunto do pacote negocial.

A segunda questão tem a ver com o abastecimento de água e com o saneamento. Como é sabido, para que Portugal conclua o ciclo de infra-estruturação no domínio da água e do saneamento calcula-se que sejam necessários cerca de 8000 milhões de euros. Tem havido indicações, nomeadamente nesta Câmara e em sede de comissão parlamentar, de que o Governo pretende agora adoptar um modelo de reformulação do sector empresarial das águas — que é, aliás, diverso daquele que o Partido Socialista defendia na oposição —, que parece envolver parcerias público-privadas, mas cujo conteúdo ninguém conhece em concreto.

Gostaria de colocar directamente ao Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros a seguinte questão: independentemente dos contornos concretos do modelo que o Governo pretende adoptar, como é que o Governo pensa poder garantir a necessária captação de fundos comunitários para poder levar a cabo esse desejável, necessário e imprescindível ciclo de infra-estruturação no domínio da água e do saneamento?

A terceira e última questão tem a ver com um tema quase recorrente, diria, e sobre o qual ainda não tivemos explicações, quer na intervenção feita hoje pelo Sr. Ministro, quer nas intervenções feitas pelo Sr. Ministro e pelo Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Europeus na Comissão de Assuntos Europeus, que diz respeito à Rede Natura 2000.

Como é sabido, cerca de 22% ou um pouco mais de um quinto do território nacional está integrado na Rede Natura 2000. Sabe-se, igualmente, que a gestão dos sítios da Rede Natura tem um custo financeiro muito significativo, calculado em cerca de 200 milhões de euros por ano. Sabe-se também que a Comissão Europeia, contrariamente ao que estava previsto, remeteu o financiamento da Rede Natura para os fundos estruturais, em particular para o desenvolvimento rural, isto é, para o 2.º pilar da PAC — e aproveito para sublinhar que o custo, a nível europeu, da Rede Natura representa sensivelmente 50% do «envelope» financeiro do desenvolvimento rural...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, queira concluir.

O **Orador**: — Vou concluir, Sr. Presidente.

É sabido, ainda, que o anterior governo liderou um processo, ao qual se juntaram mais 17 Estados-membros, em que reivindicavam o estabelecimento de critérios para o financiamento da Rede Natura e o reforço orçamental do Programa *Life Plus* por forma a acomodar o financiamento não elegível no âmbito do desenvolvimento rural.

Em suma, em sede de negociações do pacote que define as perspectivas financeiras, gostaria que o Sr. Ministro informasse esta Câmara quanto ao que o Governo está a fazer neste domínio e se foi ou não dada sequência às iniciativas do governo anterior no sentido de acautelar o financiamento da Rede Natura.

**Vozes do PSD**: — Muito bem!

O Sr. **Presidente**: — Para responder, dispondo de 3 minutos e 27 segundos, tem a palavra o Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros.

O Sr. **Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, em relação à pergunta da Sr.<sup>a</sup> Deputada Regina Bastos, esclarecerei o ponto que me pareceu mais importante. A orientação que resulta da revisão da Estratégia de Lisboa vai no sentido de tornar a coesão «amiga» da Estratégia de Lisboa e, portanto, «amiga» da competitividade e do emprego. Por conseguinte, as duas coisas tenderão a convergir. É, pois, nesse sentido que se tem vindo a trabalhar, sem que Portugal esqueça, naturalmente, as graves carências que tem nos domínios, que apontou, da educação, da formação profissional, etc.

Ao Sr. Deputado Braga da Cruz, gostaria de referir que a Espanha tem efectivamente pedido (e, pelo menos, já conseguiu que a presidência do Luxemburgo fizesse sua) a proposta de um período de dois anos para o *phasing-out*. Portugal tem apoiado essa proposta, por duas razões: a primeira é que quando um dia, que esperamos breve, Portugal sair da coesão, também nos interessa que haja um período de *phasing-out* para aqueles que saem da coesão; a segunda é que temos colocada em cima da mesa a ideia de que esse financiamento especial para a Espanha a título de *phasing-out* não deve ser retirado àquilo que Portugal considera ter direito a receber estando dentro da coesão.

Sr. Deputado Luís Fazenda, não sei se neste momento existe uma crise. Há uma negociação dura, difícil, que continua, mas presumo que neste momento ainda não há uma crise. No entanto, se houver uma crise e se esta resultar da pressão que os seis fizeram sobre os restantes 19 no sentido de não estarem dispostos a pagar mais do que 1% para o orçamento comunitário, nesse caso, sim, a crise será, obviamente, da responsabilidade dos Seis.

O que devíamos estar a fazer neste momento era a discutir a proposta da «Comissão Prodi», que foi assumida pela «Comissão Durão Barroso». Essa, de acordo com os tratados, é que deveria ser a base da negociação. Pelo contrário, o que está a acontecer é que estamos todos a negociar qual a melhor forma de nos afastarmos dos 1% dos Seis. Os seis conseguiram, ao menos psicologicamente, inverter as regras do jogo. Bom, se houver uma crise, se não se chegar a acordo, a culpa será, obviamente, dos Seis.

Mas é preciso não esquecer um aspecto, que é o pano de fundo de todo este debate. A Europa não progride em clima de recessão. A Europa só progride em clima de expansão económica. Ora, como nesta altura, pelo menos, a França e a Alemanha estão em recessão, é evidente que este não é o momento em que a Europa possa dar um grande passo em frente. Mas, às vezes, como V. Ex.<sup>a</sup> decerto bem conhece, dá-se um passo atrás para a seguir se darem dois passos à frente.

Sr. Deputado Honório Novo, eu nunca afirmei que seria uma vitória obter-se um volume total superior a 1%. O que eu disse foi que nós não aceitáramos nunca que o montante global fosse de 1%. Mas isso não quer dizer que aceitemos 1,01%, 1,02%, 1,03% ou 1,04%...

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Ou, já agora, 1,07%!

O **Orador**: — Há um número que me permite resguardar por razões de táctica negocial. VV. Ex.<sup>as</sup> não vão certamente pedir ao Governo que destrunfe aqui os trunfos que tem para jogar na negociação final nesta matéria, mas posso dizer-lhe que, para nós, a vitória não está ligada ao número do montante global do orçamento comunitário. A vitória, ou a derrota, estará ligada, sim, aos mecanismos de repartição das rubricas que mais nos interessam, que são a coesão e o desenvolvimento rural, porventura outras, mas, sobretudo, estas duas.

Quanto às regras de repartição dessas verbas, as regras de alocação de recursos, as condições de acesso a essas regras, aí é que se joga e se vê se o resultado é uma vitória ou é uma derrota para Portugal. Pode perfeitamente acontecer que com um número mais alto Portugal saia pior e com um número mais baixo Portugal saia melhor. É o que veremos na altura própria.

Quanto às consequências do «não» em França, já há pouco disse o que penso sobre a matéria. Posso

garantir ao Sr. Deputado que não é intenção do Governo português fechar o acordo a qualquer preço, mesmo que seja para dar uma ideia bonita para o exterior acerca da coesão dos países europeus. Não! Isso não faremos! Se houver crise, haverá mesmo crise.

Finalmente, respondo ao Sr. Deputado Luís Pais Antunes.

Quanto à primeira questão, a posição do Governo sobre a PAC/Mercados é esta: o governo que V. Ex.<sup>a</sup> apoiava, na altura, assinou de boa-fé um acordo que congelava as verbas da PAC/Mercados, mas as circunstâncias mudaram e, portanto, na medida em que esse acordo se puder manter sem ser à custa da posição que Portugal considera justa, não poremos em causa o acordo a que se chegou. No entanto, se não se conseguir uma posição que Portugal considere justa aquilo que mais lhe interessa, que é, repito, a coesão e o desenvolvimento rural, aí poremos tudo em causa, inclusive a PAC/Mercados.

Quanto à segunda questão, ou seja, quanto à água e saneamento, sinceramente não sei responder a V. Ex.<sup>a</sup>. É uma matéria que corre pelo Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, que nunca foi tratada em Conselho de Ministros ou em reuniões restritas em que eu estivesse, portanto, sinceramente, não sei. Mas se V. Ex.<sup>a</sup> desejar fazer um requerimento ao Governo sobre esse ponto, certamente lhe será respondido.

Finalmente, quanto à questão da Rede Natura 2000, devo dizer que é um dos pontos que Portugal incluiu na lista final das suas reivindicações. Queremos, de facto, que essa matéria seja abordada e seja abordada através de um financiamento autónomo e específico para esse fim, que não seja diluída em verbas ou em rubricas mais vastas. Temos os nossos números, não os posso revelar aqui, mas a nossa posição é esta.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Ana Drago.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Drago** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Srs. Deputados: É de alguma forma irónico que, a esta hora em que temos aqui este debate sobre as perspectivas financeiras da União Europeia, na Holanda, os cidadãos estejam a votar — apenas podem dizer «sim» ou «não» — o texto do Tratado Constitucional para a Europa.

Talvez seja cedo fazer algum tipo de especulação sobre os resultados, embora haja sondagens significativas, mas fiquemo-nos, pelo menos, com os números que saíram da última consulta referendária em França, em que foi muito clara a abertura daquilo a que o Sr. Ministro chamou «a crise do 'não' na Europa». Os resultados das urnas falaram muito claro. Por razões múltiplas, os cidadãos franceses rejeitaram, por uma significativa maioria, o texto constitucional.

Portanto, se não podemos simplificar e dizer que há apenas uma razão por detrás dessa rejeição — na França há até razões políticas absolutamente contraditórias —, a verdade é que, num momento em que a Europa pensa sobre a sua vocação estratégica para o século XXI, em que retoma ou procura redefinir aquilo que é a sua arquitectura e encontrar um pouco a substância do seu projecto político, ficou, de alguma forma, claro que o texto do Tratado Constitucional não é resposta ao problema e, pelo contrário, na situação em que estamos hoje, será, provavelmente, grande parte do problema.

Creio poder dizer que neste debate fica também absolutamente claro que o Tratado Constitucional Europeu não é a resposta que a Europa exige e não permite definir qual é a orientação estratégica da construção europeia para o futuro.

Por isso, Sr. Ministro, gostava de lhe colocar duas ou três questões.

De que vale o anterior governo português, ou melhor, o que o precedeu, ter defendido que, na Constituição Europeia, ficasse consagrado o princípio e o objectivo da coesão social se agora, na hora da verdade, na hora do pragmatismo, estamos, mais uma vez, perante aquilo que o Sr. Ministro chama «egoísmo dos seis» e, portanto, numa perspectiva em que aquilo que é o valor fundamental e que sustentou o projecto europeu, que é a coesão social, a redistribuição e as possibilidades de desenvolvimento das diferentes regiões, está claramente em causa?

De que vale o anterior governo ter tido esta batalha, em nome da coesão social, se ela foi completamente atropelada por um novo objectivo chamado competitividade?

Por outro lado, Sr. Ministro, sendo Professor de Direito, como é, e compreendendo que a Constituição e o texto constitucional é aquele que funda uma comunidade política e é, por isso, central na definição do projecto político dessa comunidade política, pergunto-lhe se não acha que o debate que temos aqui hoje, com os mesmos argumentos que V. Ex.<sup>a</sup> apresentou, não é ele mesmo uma excelente campanha para o «não».

O Sr. **Presidente**: — Para responder, no tempo de 1 minuto cedido pelo Grupo Parlamentar do PS, tem a palavra o Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros.

O Sr. **Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros**: — Sr. Presidente, quero começar por agradecer ao Grupo Parlamentar do PS o tempo cedido e procurarei ser breve.

A Sr.<sup>a</sup> Deputada Ana Drago, sabe, com certeza, pois há muitos anos que isso é ensinado em Portugal e no estrangeiro, que há sempre uma grande diferença entre aquilo que está escrito nos textos jurídicos, mesmo constitucionais, e aquilo que é a prática destes textos.

Por outro lado, há sempre uma grande diferença entre os programas dos governos e os orçamentos que, supostamente, levam à prática esses programas. Os programas são listas do desejável e os orçamentos são listas do possível. Costuma dizer-se que a política é a arte do possível. E, portanto, fazer orçamentos é uma arte, é uma arte difícil. Quando esses orçamentos correspondem, minimamente que seja, aos desejos e ideais afirmados nos programas e nos textos programáticos, o resultado é positivo; se os orçamentos não correspondem, então, há realmente uma frustração.

Não creio que este debate seja uma boa propaganda pelo «não». Aliás, não generalizo, como a Sr.<sup>a</sup> Deputada faz. Não acho que o voto em França tenha provado que o texto do tratado não serve a Europa, acho que o voto em França prova apenas que o texto deste tratado não serve a visão francesa da Europa. Nada mais! Por enquanto, não prova nada mais! Veremos se adiante haverá outros países a pensar o mesmo.

Este debate, creio eu, não foi um debate a favor do «não», mas também não foi, nem tinha de ser, um debate a favor do «sim». Este debate não foi sobre ideais, foi sobre um orçamento. Se o orçamento merecer ser aprovado é porque, apesar de tudo, ele vale a pena para continuar a construir a Europa; se ele for vetado é porque estava abaixo dos mínimos aceitáveis, e nós nunca desceremos abaixo dos mínimos aceitáveis.

*Applausos do PS.*

*Entretanto, assumiu a presidência o Sr. Vice-Presidente Guilherme Silva.*

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado António Vitorino.

O Sr. **António Vitorino** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Em primeiro lugar, gostaria, em nome da bancada do Partido Socialista, de saudar V. Ex.<sup>a</sup>.

Já tivemos várias vezes nesta Câmara debates sobre a estratégia europeia, inclusivamente sobre as perspectivas financeiras. Desafio qualquer um dos Srs. Deputados a que se recorde que, nesta Câmara, esta questão tenha sido discutida com a clareza, a abertura e a objectividade com que hoje a estamos a discutir, graças, sobretudo, não à iniciativa do partido interpelante mas, sim, à iniciativa do Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, que teve a clareza e a hombridade de nos colocar perante a realidade crua dos números e a sua margem de variação. O Partido Socialista revê-se na sua metodologia, Sr. Ministro.

*Applausos do PS.*

Em segundo lugar, sabemos perfeitamente que esta é uma negociação particularmente difícil. É a primeira vez que negociamos as perspectivas financeiras a 25 Estados-membros e, com o recente alargamento, verificou-se um aumento significativo da diversidade na União Europeia. A diversidade não é um defeito, é uma virtude num projecto como o europeu, mas a diversidade tem um preço, que resulta do facto, como o Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros recordou, de os novos Estados-membros representarem, em termos de PIB *per capita*, cerca de 40% da média europeia e de os dois Estados-membros que aderirão no dia 1 de Janeiro de 2007 — a Roménia e a Bulgária — representarem cerca de 30% desse mesmo PIB *per capita*. O resultado claro desta operação é que há uma pressão acrescida sobre a rubrica essencial da coesão económica, social e territorial, que é, aliás, a rubrica principal a que Portugal acede em termos de fundos europeus.

A estratégia que foi seguida pela Comissão Europeia merece o apoio do Governo português actual, como, aliás, mereceu — e bem — o apoio dos governos portugueses antecedentes. E a perspectiva de continuidade na posição negocial portuguesa é nesta matéria muito importante. A promoção da iniciativa do anterior governo do Grupo de Amigos da Coesão é um contributo importante para criar uma frente de rejeição à subida dos egoísmos nacionais, que está bem expresso na carta dos seis contribuintes líquidos.

Mas o esforço num acordo político exige que compreendamos bem as posições de cada um dos blocos em presença nesta negociação. Pela nossa parte, continuamos a pensar que a base da negociação deve ser a proposta da Comissão Prodi, que foi subscrita pela Comissão Durão Barroso. Na realidade, talvez convenha recordar a esta Câmara que, quando começámos as negociações da Agenda 2000, das perspectivas financeiras para o período 2000-2007, a proposta que a Comissão de então apresentou implicava, à partida, um corte nas verbas destinadas a Portugal de cerca de 40% relativamente às verbas que o País tinha recebido no período imediatamente anterior. Este ponto de partida da proposta da Comissão é positivo e é por isso que o Governo fez bem, andou bem, quando rejeitou a «negotiating box» apresentada pela presidência luxemburguesa.

*Aplausos do PS.*

E fê-lo não apenas porque ela importava uma redução excessiva e desmesurada dos fundos para Portugal mas, sobretudo, porque ela não tem coerência interna quanto aos objectivos políticos que se propõe que a União Europeia alcance nos próximos anos. E porque é que não tem coerência interna? Porque, na realidade, na aparência de diminuição das verbas da proposta inicial da Comissão, em todas as rubricas do orçamento, ela era desequilibrada porque fazia incidir o essencial dos cortes na rubrica da coesão.

E andou bem o Governo também quando disse claramente — e agora reiterou-o em resposta ao Sr. Deputado Luís Pais Antunes — que Portugal se vinculou ao acordo sobre as verbas referentes ao primeiro pilar da política agrícola comum, à política de mercados, no ano de 2002, quando se tratou de concluir a negociação sobre o alargamento, no pressuposto de que essas verbas estavam integradas num orçamento global que respeitava os tectos máximos susceptíveis de serem utilizados. Se há uma alteração superveniente dos tectos máximos, isso significa que o acordo sobre a política agrícola comum também tem de ser revisitado.

A segunda nota que gostava de deixar é sobre a ligação entre o Tratado Constitucional e a questão da negociação das perspectivas financeiras. Há aqui, Sr. Ministro, um paradoxo curioso: aqueles que, em Portugal, mais defendem que se deve dizer «não» a este Tratado Constitucional são aqueles que, aparentemente, parecem agora mais preocupados sobre o reflexo negativo que um «não» ao Tratado Constitucional venha a ter sobre a negociação das perspectivas financeiras.

*Aplausos do PS.*

#### **Vozes do PCP e do BE:** — Não é verdade!

**O Orador:** — Há uma ligação, há! De facto, há uma ligação! Olhem, a primeira ligação que existe é que o objectivo da coesão económica e social, como ele existe nos tratados de hoje, por acaso, sai reforçado pelo Tratado Constitucional, onde se acrescenta à concepção clássica da coesão económica e social a dimensão da coesão territorial, e essa é uma vantagem para os países da coesão, entre os quais Portugal de conta.

Mas há, de facto, também uma segunda ligação. Não podemos negar que há uma crise de confiança na União Europeia, que essa crise de confiança tende a aprofundar-se com a proliferação do «não» — depois da França, virá, eventualmente, a Holanda, e sabe-se lá que mais nos irá surgir nos próximos tempos — e, nesse sentido, há que reconhecer que poderíamos encarar como positivo esse horizonte de esperança que poderia advir do facto de o próximo Conselho Europeu aprovar as perspectivas financeiras.

Em bom rigor, nos rigor dos princípios, para que haja orçamento plurianual não é necessário que haja uma aprovação do Tratado Constitucional. Contudo, o Sr. Ministro fez bem, e nós apoiamo-lo, quando afirma claramente que se o preço a pagar para dar esse *élan* de esperança à União Europeia é aceitar, nas perspectivas financeiras, um mau acordo, não acompanharemos aqueles que querem esse resultado. E não acompanhamos não por egoísmo nacional mas, sobretudo, porque a mensagem que advém da crítica ao Tratado Constitucional é menos sobre o Tratado Constitucional e mais — reconheçamo-lo! — sobre o conteúdo de algumas das políticas da União Europeia, e essa políticas não resultam do Tratado Constitucional mas resultam, sobretudo, das opções orçamentais que são feitas no quotidiano da vida da União Europeia. Ora, essas opções negativas seriam reforçadas se a tentativa de limitar o orçamento a 1% tivesse vencimento no Conselho Europeu.

*Aplausos do PS.*

Sr. Presidente e Srs. Deputados, estamos com o Governo quando diz claramente que a política de coesão não pode ser a variável de ajustamento em qualquer redução global das verbas orçamentais. A redução, a existir, tem de ser equitativamente distribuída por todas as componentes do orçamento comunitário.

Estamos com o Governo quando insiste na necessidade de negociar um *phasing out* para as regiões que saem do Objectivo 1. Aliás, convém também recordar, sobre Lisboa, que algumas NUT II da Região de Lisboa e Vale do Tejo que saíram do Objectivo 1 na Agenda 2000 vão reentrar nesse mesmo Objectivo 1 nas próximas perspectivas financeiras. O Algarve sai por efeitos estatísticos e a Madeira sai, não por efeitos estatísticos, mas por efeito do crescimento económico registado e entendemos que a saída da Madeira e do Algarve deve ser acomodada através de uma negociação específica de um *phasing out*.

Da mesma forma, não é possível deixar de contemplar nas próximas perspectivas financeiras uma verba específica para as regiões ultraperiféricas que constituem um objectivo autónomo dos tratados e que não são apenas uma compensação para a saída do Objectivo 1.

De igual modo, não está apenas em causa a questão do montante global. O Sr. Ministro disse-o, eu reitero-o e penso ser o ponto fundamental da estratégia. Estamos confrontados com uma mudança de paradigma na utilização dos próprios fundos comunitários para o próximo período. Não conta só o montante,

contam também as regras sobre a sua utilização; contam as linhas de orientação estratégica para a política de coesão, que vão mudar de natureza no próximo período de programação financeira; conta também a revisitação do critério da prosperidade nacional, que eventualmente terá de ser objecto de um acomodamento, em virtude da situação específica dos 10 novos Estados-membros, mas que não pode ser factor de introdução de novas discriminações ou de novas desigualdades em relação, sobretudo, às regiões mais desfavorecidas dos países menos desenvolvidos da velha União Europeia.

Na transformação desta estratégia, na transformação da nossa maneira de olharmos para os fundos comunitários e na definição de novos objectivos para as nossas próprias prioridades nacionais, tornando-os mais compatíveis com o objectivo da competitividade e os grandes objectivos da Agenda de Lisboa, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista confia plenamente na capacidade negocial de V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, e na do Sr. Primeiro-Ministro e do Governo português. Só podemos desejar-lhes boa sorte!

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente** (Guilherme Silva): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Honório Novo.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Um aspecto central e curioso deste debate prende-se com um certo défice de informação, de análise e de discussão sobre as condições concretas em que está a decorrer o processo negocial para a definição das condições financeiras de funcionamento da União Europeia durante o próximo quadro comunitário de apoio.

É um aspecto central do debate, obviamente, pela importância e complexidade do tema; é igualmente um aspecto curioso do debate, porque este debate Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros é suscitado pelo partido que até há bem pouco tempo foi governo e que, não obstante haver propostas da Comissão em negociação e análise há cerca de um ano, nunca suscitou institucionalmente, enquanto responsável por tal negociação, qualquer debate em Plenário sobre estas questões de óbvia importância e relevância.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Bem lembrado!

O **Orador**: — Importa, no entanto, esquecer o passado e tentar, agora, entender o que é que o Governo actual considera essencial na negociação relativa ao próximo quadro comunitário de apoio.

Será ou não comprehensível que o Governo aceite de bom grado que, com o alargamento de Maio de 2004, mais o que lhe vai suceder no início de 2007, a simples manutenção do tecto financeiro actual implique, por si só, dispor de meios iguais para fazer face a problemas de coesão e de desenvolvimento bem mais graves e diferenciados do que no passado recente? Quanto a nós, não é aceitável nem comprehensível.

E será legítimo que o Governo possa aceitar «de mão beijada» que nem sequer isso venha a ocorrer? E será legítimo que se contente com um qualquer número à volta de um «vírgula-zero-qualquer coisa», que aqui não quer dizer para não abrir a estratégia negocial, Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros?

Será que o Governo português está empenhado numa táctica de mal menor? É que partir para uma negociação com base nesta posição estratégica nunca teve bons resultados.

Será que o Governo português já aceitou de forma pacífica, «à cabeça», como por aí se diz, uma redução de 10% nos fundos estruturais?

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Exactamente!

O **Orador**: — É que, se Portugal perder 10% dos fundos estruturais, isto significará, em termos aproximados, que poderá perder cerca de 2500 milhões de euros relativamente ao III QCA. Só que as propostas do Grupo dos Seis, a proposta da presidência luxemburguesa e as tentativas de compromisso, sempre em baixa, que a Comissão apresenta apontam para situações bem mais preocupantes e inaceitáveis.

A perda global de fundos estruturais pode ser superior a 20%, superando os 5000 milhões de euros, no quadro comunitário de apoio que se aproxima! O Algarve deixa de receber os apoios correspondentes ao seu PIB regional real (correspondente a uma região de Objectivo 1) só porque enriqueceu estatisticamente, isto é, «enriqueceu na secretaria». E pelos vistos, pouco se tem feito para colocar na agenda e para nos opormos claramente a esta estratégia estatística.

A Madeira pode deixar de ser apoiada como região ultraperiférica, passível de tratamento específico e alvo de discriminação positiva, que deveria ser permanente e não ocasional, como diz o estatuto ultraperiférico. Sobretudo nesta situação, Sr. Ministro, a prioridade política das acções estruturais pode deixar de ser a coesão para passar a ser a competitividade. E, pelos vistos, no que concerne este aspecto central do próximo quadro comunitário de apoio, no que diz respeito à coesão, o Governo português não nos veio aqui

dizer que se manifestava contrariamente ao estabelecimento destas prioridades.

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**O Orador:** — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Perante este quadro negocial complexo e perigoso para Portugal, capaz de prejudicar de uma forma bem funda os nossos interesses e de comprometer de forma muito evidente as nossas necessidades de desenvolvimento, exige-se, naturalmente, que o Governo português adopte uma posição firme e clara quer no plano nacional quer no da negociação.

Perdas profundas dos fundos estruturais e de coesão não podem, nem devem, quanto a nós, ser alvo de contrapartidas mais ou menos virtuais, como, por exemplo, a de poderem vir a ser aumentadas — em contrapartida, note-se! — as verbas destinadas ao desenvolvimento rural.

Em primeiro lugar, porque a necessidade de aumentar a nossa participação agrícola não pode ser nunca encarada como qualquer espécie de contrapartida à diminuição de fundos estruturais, antes tem de constituir uma exigência de justiça e de reparação por anos e anos de discriminação com que Portugal tem sido tratado — com o acordo e beneplácito de sucessivos governos — por uma política agrícola construída para beneficiar agriculturas intensivas e produtos não mediterrânicos.

Em segundo lugar, porque não há neste momento qualquer garantia de que parte substancial dos eventuais acréscimos financeiros destinados ao desenvolvimento rural não venha a ser, eventualmente, utilizada noutras programas e financiamentos bem diversos e afastados da vida e da economia agrícola.

Exige-se, portanto e neste contexto, que o Governo português recuse uma qualquer tática do mal menor — insistimos neste aspecto! —, que proponha e defenda meios financeiros globais capazes de enfrentar os desafios de uma Europa de desenvolvimento, de emprego e de coesão, que recuse soluções que prejudiquem o nosso País e encare a possibilidade de vetar um qualquer acordo que não represente uma solução compatível com as necessidades de Portugal e dos portugueses.

*Aplausos do PCP.*

E, Sr. Ministro, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, depois do «não» com que a França referendou o Tratado Constitucional, a negociação em curso adquire, naturalmente, uma outra importância.

Em primeiro lugar, para evitar que pressões ilegítimas tentem forçar, em Junho, um qualquer acordo financeiro para apenas dar uma imagem de credibilidade e de coesão artificial — é pena o Sr. Deputado António Vitorino não estar presente no Hemiciclo a ouvir-nos! — de uma Europa que deveria, ao invés, reflectir sobre o conteúdo, a natureza e as orientações das suas próprias políticas e do seu próprio funcionamento.

*Aplausos do PCP.*

Em segundo lugar, para, noutro plano, tentar fazer passar à socapa — sim, à socapa! — um acordo que prejudique, de facto, Portugal, que relegue para plano secundário os princípios da coesão económica e social, que tente ou procure utilizar a distracção mediática sobre o tratado para fazer passar ou, tentar fazer passar, um sistema de financiamento que apenas servirá para acrescentar mais crise à actual crise do crescimento económico e da criação de emprego em Portugal e na União Europeia.

Não se podem, nem devem, misturar ou articular os dois debates: um é o debate relativo ao futuro quadro comunitário de apoio; outro é o debate de um tratado ferido de morte, que terá que ser profundamente alterado e renegociado e que, por isso mesmo, exige dos governos e dos responsáveis políticos uma reflexão não sobre a necessidade, ou não, inequívoca (quanto a nós, é inequívoca) do povo português se pronunciar, a seu tempo, sobre os respectivos conteúdos mas sobre a oportunidade e as vantagens de Portugal apressar, artificialmente, um processo de referendo, cujas consequências podem limitar e condicionar a capacidade de intervenção do País no necessário e incontornável processo de renegociação do Tratado Constitucional que terá sempre de ocorrer.

*Aplausos do PCP.*

**O Sr. O Sr. Presidente** (Guilherme Silva): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Anacoreta Correia.

**O Sr. Miguel Anacoreta Correia** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Quero começar esta minha intervenção por felicitar o PSD pela iniciativa deste debate. Foi uma iniciativa útil e oportuna. Produziram-se, hoje, neste Hemiciclo, intervenções de grande valia que permitiram, com certeza, fazermos uma avaliação mais completa do processo europeu.

Os acontecimentos do passado fim-de-semana em França (e, provavelmente, de hoje na Holanda) demonstram a todos aqueles que acreditam na Europa a necessidade de um maior investimento político nas questões europeias. Com efeito, é preciso que a opinião pública sinta que estamos num processo de

negociação decisivo para o nosso futuro, como é o caso das perspectivas financeiras para os próximos anos, acrescendo que os patamares de desenvolvimento do processo europeu não podem coexistir com o alheamento ou a indiferença.

Analizar o resultado do referendo em França apenas como uma manifestação de mau humor contra o presidente e o primeiro-ministro franceses é, por certo, uma análise curta!

É verdade que os centros de sondagens que acertaram nas previsões dos 55% para o «não» — e, por isso, nos parecem autorizados a fazer uma boa análise das razões do voto — dizem que 60% dos votos do «não» o foram contra o governo e não, propriamente contra a Europa. Mas também é certo que, na Holanda, essa indisposição não existe, pelo menos de forma tão aberta, e os resultados parecem vir a ser os mesmos.

**Vozes do CDS-PP:** — Exactamente!

**O Orador:** — Nestes dois actos referendários estiveram, pois, presentes outros factores, sendo que, a meu ver, os sinais de descontentamento com muitos aspectos da construção europeia, que não propriamente os da Constituição ou do Tratado Constitucional Europeu, são claros e não são sequer recentes; de há muito, vinham a sentir-se estes sinais de descontentamento.

**Vozes do CDS-PP:** — Exactamente!

**O Orador:** — É imperioso que os resultados sejam avaliados em toda a sua profundidade, tirando-se todas as conclusões desses resultados cujas consequências ainda não podem estimar-se mas que trarão, por certo e no mínimo, uma «travagem» ao processo europeu.

Em primeiro lugar, temos de reconhecer que o texto do Tratado Constitucional é bastante hermético para a maioria dos cidadãos. É certo que uma constituição, ou um tratado constitucional, não é propriamente um romance, mas há que encontrar maneiras simples e directas de explicar aos cidadãos — e isso é importante para nós, portugueses — o que é e aquilo que não é um tratado constitucional.

Não resultou claro para os cidadãos que este Tratado Constitucional procura fundamentalmente três objectivos: uma integração de todos os textos dos anteriores tratados num só; conferir personalidade jurídica à União Europeia, permitindo-lhe uma maior visibilidade e eficácia na acção internacional; e processos de decisão mais simples do que aqueles que existiam em Nice.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A Europa constituiu-se por razões de segurança e de índole económica. Desaparecida a ameaça e alterando-se o conceito geoestratégico de segurança, quando, na parte económica, as coisas não vão bem, é a própria construção europeia, que permitiu a nossa segurança e o nosso progresso económico, que é posta em causa. Alguns autores preocupam-se com as causas profundas desta crise de identidade e deste mal-estar, e não vem ao caso referi-las aqui, neste momento, mas cito, a propósito, o magnífico artigo de Eduardo Lourenço, publicado há dias no jornal *Público*.

O CDS-PP manterá o apoio, na Assembleia da República, à revisão constitucional extraordinária que viabilize a realização do referendo europeu em Portugal, coincidindo com as eleições autárquicas. Assim, o CDS-PP não vê razão, no imediato, para que seja interrompido o processo de ratificação do projecto de Tratado Constitucional que está em curso.

É neste quadro difícil e de indefinição que se situa a discussão das perspectivas financeiras. E quero desde já deixar perfeitamente claro que não é nossa intenção fazer desta questão uma arma de arremesso político. Queremos e esperamos que os nossos representantes consigam o máximo, e não apenas o mínimo, no complicado jogo das negociações, que o nosso País não seja penalizado e que seja activamente reconhecida a sua especificidade, e pensamos, como muitos outros, que se o acordo não for bom é preferível que não haja qualquer acordo.

**O Sr. Nuno Magalhães (CDS-PP):** — Muito bem!

**O Orador:** — É quase certo que Portugal vai conhecer um abaixamento dos fundos recebidos da União Europeia. Alguns analistas chegam ao ponto de afirmar como possível, ou como existindo um certo risco, que nos tornemos um «contribuinte líquido». Não partilhamos, porém, desta opinião.

Os promotores deste debate fixaram como grande objectivo que os diferentes partidos façam sentir as suas preocupações e sugestões. Em nome do meu partido, não quero deixar de marcar presença nessa convocatória.

A proposta da Comissão implica uma marcada concentração de objectivos e de instrumentos, o que em si mesmo é positivo e torna menos complexa a burocracia e o labirinto comunitário, e é neste quadro que queremos assinalar que, em relação à PAC, devemos apostar nas acções destinadas ao desenvolvimento rural, por razões já amplamente explicitadas esta tarde, onde temos hipótese de marcar melhor posição.

Curioso, neste aspecto, é recordar que, em França, onde os agricultores são altamente privilegiados pela política agrícola comum, através da *völet* organização de mercados, 70% desses agricultores votaram «não» à Constituição. E voltaremos a este tema mais adiante.

Os fundos de coesão devem ser, na nossa opinião, a grande aposta de Portugal. Eles não podem ser, como já aqui foi dito e corresponde inteiramente à nossa opinião, a principal variável do ajustamento. É que, neste momento e nesta negociação, não estamos apenas acompanhados pela Espanha e pela Grécia mas também pelos dez novos Estados-membros e, a partir de 2007, por dois outros Estados que também são candidatos aos fundos de coesão — a Roménia e a Bulgária. Oito desses Estados estão mais necessitados do que nós e merecem a activa solidariedade da Europa, pois há anos que procuram curar-se das feridas que o socialismo científico, o centralismo democrático e a «eficientíssima» economia planificada deixaram na sua sociedade. Estes oito países são uma amostra clara do que esses modelos lhes deixaram como resíduo.

Os fundos comunitários são indispensáveis para as acções de qualificação profissional, para o ambiente, para os grandes corredores de transporte, pelo que temos de nos habituar a gerir com total eficácia os fundos disponíveis para Portugal, e, ontem, a mesa redonda organizada aqui, na Assembleia, sobre este tema, bem e repetidamente o referiu.

Com efeito, em muitos casos, o problema é, sobretudo, a capacidade de bem administrar os fundos mais do que a falta de dinheiro e os montantes disponíveis. Permitam-me lembrar que, a nível nacional, temos também situações dessas. É o caso da nossa educação e da nossa justiça, que são exemplos claros daquilo que afirmamos há muito tempo, ou seja, que atirar dinheiro aos problemas não os resolve, pelo contrário, agrava-os.

Por isso, o Governo tem de estar muito atento a bem administrar os fundos e tem que fazer da defesa dos interesses das regiões ultraperiféricas uma das bandeiras portuguesas desta negociação.

Mas a incrementação dos fundos, segundo resulta da proposta da Comissão e das propostas das presidências, vai incidir naquilo que é destinado ao aumento da competitividade e do conhecimento, e aí, mesmo correndo o risco de ter resultados contrários àqueles que são os procurados pela política de coesão — isto é, há um sério risco de, enquanto não se conhecerem os regulamentos, como também já aqui foi dito, concentrar os benefícios nos países mais adiantados —, neste domínio, esperamos que o Governo nos apresente ideias absolutamente claras e, sobretudo, «decantadas» do que pretende fazer para aproveitarmos essa oportunidade, de forma a que possamos ser um país moderno e competitivo. Devemos aproveitar exemplarmente esses instrumentos para estarmos na primeira linha a acompanhar o desenvolvimento da Estratégia de Lisboa.

Se não tivermos ideias claras do que queremos, se não formos capazes de identificar as oportunidades, se não formos capazes de gerir, com a máxima competência, os fundos disponíveis, corremos o risco de sermos protagonistas não da Estratégia de Lisboa mas, sim, da «tragédia de Lisboa».

*Aplausos do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente** (Guilherme Silva): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Fazenda.

O Sr. **Luís Fazenda** (BE): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Ao contrário do que foi afirmado pelo Partido Socialista, há uma posição de total consequência naqueles que se opõem à Constituição Europeia e nesta atitude, à qual nos opomos também, da «Carta dos Seis», de discriminação, de egoísmo, de uma posição de directório. Há uma total consequência nas coisas! É que o pendor liberal que forjou a Constituição Europeia é o mesmo que se plasma agora nas políticas orçamentais.

A Constituição é, aliás, na compilação dos Tratados, na sua sequência e no saldo qualitativo, a almanãe das políticas orçamentais. De outro modo, como é que seria possível explicar que a Constituição tenha chegado ao detalhe de clarificar níveis de progresso de despesa militar e nem sequer tenha criado as condições para, ao nível das políticas de coesão territorial e social, garantir compromissos de despesa?! Temos aqui a prova absoluta de quais foram os valores que prevaleceram na Constituição e de quais são os que estão a prevalecer na política em concreto.

Portanto, nós, ao dizer «não» à Constituição Europeia, realmente, procuramos a Europa social, um outro tipo de ordenamento jurídico e de modelo de legitimação da União Europeia, para o qual, fatalmente, se terá de ir, depois das crises políticas que se vão sucedendo, sendo que esta é mais uma e não parece ter solução à vista.

*Aplausos do BE.*

O Sr. **Presidente** (Guilherme Silva): — Também para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Braga da Cruz.

O Sr. **Luís Braga da Cruz** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: As questões associadas à negociação das perspectivas financeiras da União Europeia para o período dos próximos sete anos e à defesa das posições nacionais requerem um elevado sentido de Estado e uma grande solida-

riedade em torno dos grandes objectivos.

A preparação dos instrumentos de intervenção — os programas operacionais — e do quadro de referência estratégica nacional, a apresentar à Comissão Europeia, reclamam uma actuação muito inteligente e adaptada ao enquadramento de contorno ainda relativamente pouco definido.

A circunstância de Portugal ter, pela primeira vez, uma situação regional diversificada por três tipologias distintas de situação de elegibilidade, já aqui referidas, implica uma complexidade acrescida, com distintos ambientes de programação, com quadros financeiros de diferente nível de exigência, no que respeita ao esforço financeiro da contrapartida nacional.

Tudo converge, portanto, no sentido de uma maior exigência nacional, de forma a garantir coerência entre os diversos espaços regionais e, em especial, atendendo às necessidades específicas de cada região, de forma a garantir que cada uma possa contribuir plenamente para o desígnio de maior coesão nacional, de reforço da solidariedade e, ainda, de estímulo a maior competitividade.

Temos a noção de que o quadro negocial não é fácil, dadas as propostas frouxas apresentadas pela Comissão e pela presidência luxemburguesa, reforçadas pela posição muito crítica dos países do Norte, que pretendem forçar um valor de compromisso muito aquém das expectativas iniciais.

Este dossier é claramente um bom exemplo de que tem de haver sentido de Estado e forte cooperação entre todas as forças políticas, com o propósito de encontrar posições convergentes e de equilíbrio, sendo de saudar os esforços que uns e outros façam neste sentido.

As perspectivas não são francamente animadoras, ponderando factos diversos, que convergem para um cenário de complexidade, após o início das negociações, no 2.º semestre de 2004: a «Carta dos Seis» do Norte indica posições fortemente restritivas; as orientações estratégicas para a coesão, assentando no novo paradigma da competitividade, do crescimento e do emprego; o crescimento das dotações financeiras para a competitividade; menos recursos para a política de coesão nos antigos quatro Estados-membros da coesão; estabilidade nos níveis de financiamento da política agrícola comum — e recordo que vamos ter de acomodar a política agrícola comum para a Bulgária e para a Roménia, a partir de 2007.

Tudo isto indica que as próximas perspectivas financeiras se vão orientar em torno de novas prioridades e com novas preocupações, já aqui referidas: competitividade, desenvolvimento sustentável, cidadania europeia e União Europeia enquanto parceiro mundial.

A comunicação da Comissão, de Fevereiro de 2004, definiu os recursos orçamentais da União alargada para o período 2007/2013, numa primeira panorâmica financeira, que já hoje foi aqui suficientemente debatida.

São conhecidas as pressões exercidas pelos Estados-membros do Norte para fechar por valores inferiores,...

O Sr. **Presidente** (Guilherme Silva): — Faça o favor de terminar, Sr. Deputado.

O **Orador**: — ... agravadas pelo resultado do referendo francês.

Quero sublinhar a atitude do Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, que não se privou de prestar informação e de responder a todas as perguntas que os parlamentares portugueses do Parlamento Europeu lhe fizeram sobre o estado das negociações e das sensibilidades envolvidas.

Gostaria de terminar, dizendo, muito claramente, o seguinte:...

O Sr. **Presidente** (Guilherme Silva): — Agradecia que terminasse, Sr. Deputado.

O **Orador**: — Portanto, para terminar, quero dizer o seguinte: importa mais saber primeiro o que queremos e podemos ser em 2015, para, depois, a partir daí, definirmos o que teremos de fazer. Fazer o inverso é não só errado como imperdoável. Assim, esclareceremos a coerência da acção, a consistência das propostas e políticas e, ainda, a necessária coordenação articulada entre as acções. É esta a orientação que o Governo tem dado aos serviços, o que me parece bem e convergente com aquilo que nos interessa a nós, portugueses.

*Applausos do PS.*

O Sr. **Presidente** (Guilherme Silva): — Srs. Deputados, vamos passar à fase de encerramento deste debate.

Nesta fase, cada grupo parlamentar, por ordem crescente de representatividade, dispõe de 5 minutos para intervir e o Governo de 10 minutos.

Tem a palavra, em primeiro lugar, a Sr.<sup>a</sup> Deputada Heloísa Apolónia.

A Sr.<sup>a</sup> **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Começo por dizer que, na nossa perspectiva, um orçamento é, de facto, a tradução de políticas, de objectivos e de prioridades. E é, muitas vezes, um instrumento para desmascarar falsas intenções, Sr. Ministro.

O quadro financeiro que se perspectiva dá bem conta da falta da dimensão de solidariedade e de coe-

são desta construção europeia. Passámos de uma Europa a 15 para uma Europa a 25, mantendo-se — ou perspectivando-se até a sua redução — o tecto orçamental. Nesse sentido, também nós consideramos inconcebível a proposta de redução do limite máximo de despesa para 1% do rendimento bruto comunitário — como se a realidade europeia se mantivesse exactamente na mesma — e, por ser inconcebível, deve ser liminarmente rejeitada.

Quando as necessidades de coesão são, face também ao alargamento, mais significativas é inconcebível a concepção de redução do peso relativo dos fundos estruturais.

Relativamente à situação portuguesa, Os Verdes consideram que é de lamentar que nunca tenha sido feito um estudo sobre os impactos do alargamento para Portugal. Por outro lado, consideramos que, com o alargamento, Portugal enriquece súbita e apenas estatisticamente, passando do final para o meio da tabela. O alargamento a países debilitados, com fortes necessidades de coesão, fez com que o produto *per capita* da União Europeia baixasse. Logo, face ao quadro geral, Portugal aumentou estatisticamente o seu produto *per capita*. Significa isto que Portugal sai inegavelmente prejudicado, face às necessidades de coesão, em termos de repartição de fundos estruturais.

A conclusão que penso dever ser hoje aqui retirada é a seguinte: face ao quadro colocado, quem vai pagar a factura do alargamento são os países mais pobres da União Europeia. A isto não se pode de todo chamar uma verdadeira política de solidariedade e de cooperação entre povos e Estados.

Chegamos, então, ao ponto em que está proposta uma redução de fundos para Portugal na ordem dos 20%. Gostaria de deixar duas notas em relação a este aspecto e àquilo que tivemos aqui oportunidade de ouvir.

O Governo, na nossa perspetiva, parte fragilizado para estas negociações. Partir para a discussão admitindo que tudo o que for perder menos de 20% já é positivo não é correcto — o resultado mínimo aceitável da negociação seria manter a situação da ajuda ao nosso país. Por isso, a negociação do limite máximo da despesa face ao rendimento nacional bruto é determinante, pelo que Portugal deveria usar todos os mecanismos que tem ao seu dispor para rejeitar prejuízos para si próprio, não por uma questão de egoísmo mas face às próprias necessidades de coesão.

Em segundo lugar, haveria a necessidade de invocar, por parte de Portugal, a especificidade da situação portuguesa, a nossa divergência económica, a nossa situação financeira e de requerer um pacote específico de modernização da economia portuguesa. O Governo deveria também propor, face à experiência que tem, a não condicionalidade do Fundo de Coesão ao cumprimento do Pacto de Estabilidade e Crescimento.

Para além do aspecto dos quantitativos financeiros, coloca-se a questão da proposta da Comissão no que concerne aos objectivos políticos. Estamos perante um quadro financeiro muito baseado nos objectivos centrais da Estratégia de Lisboa e do Tratado Constitucional Europeu, o qual morreu com a decisão de um «não» à ratificação por parte do povo de um Estado-membro — por enquanto —, a França. Um povo que, claramente, com esse «não», deu uma reprimenda às opções políticas anti-sociais da Europa.

Caberia, naturalmente, às instituições europeias, face a esta situação, fazer a leitura e a avaliação das prioridades da União Europeia e das consequências das suas políticas. Mas a Comissão não faz essa leitura, fala de uma crise, tentará encontrar a todo o custo planos *b*, *c*, *d*, o que lhe quiser chamar, para obrigar esse povo a dizer «sim».

As prioridades deste quadro financeiro estão centradas na segurança, na limitação à imigração, na defesa e numa política de segurança externa subordinada à NATO. Face a estas prioridades, nós, Os Verdes, queremos aqui afirmar a nossa profunda preocupação relativamente àquilo que está proposto, numa completa secundarização das questões ambientais e do desenvolvimento sustentável.

Já aqui hoje foi referida a questão da Rede Natura 2000, por demais relevante para um País cuja Rede cobre cerca de 22% do território, com custos calculados ao nível comunitário em 6,1 mil milhões de euros anuais, relativamente ao qual a Comissão não estipula um financiamento específico, criando um programa próprio para a Rede Natura 2000 ou mesmo através do Programa *Life+*.

**O Sr. Presidente** (Guilherme Silva): — Sr.<sup>a</sup> Deputada, tem de concluir, pois já esgotou o tempo de que dispunha.

**A Oradora:** — Concluo já, Sr. Presidente.

O que a Comissão faz é integrar os objectivos da gestão da Rede Natura 2000 no âmbito dos objectivos estruturais e do desenvolvimento rural, ficando ao critério dos intervenientes decidir sobre a gestão global desses programas, sem garantias de opções e prioridades a tomar. Teremos a Rede Natura 2000 a concorrer com outros objectivos em programas já por si subfinanciados.

Fica, portanto, aqui registada a nossa profunda preocupação pelo facto de este quadro financeiro determinar claramente que a política ambiental não é uma prioridade nas perspetivas financeiras 2007-2013.

Muito obrigada pela sua tolerância quanto ao tempo, Sr. Presidente.

**O Sr. Presidente** (Guilherme Silva): — Para uma intervenção, em representação do seu grupo Parlamentar, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Alda Macedo.

A Sr.<sup>a</sup> **Alda Macedo** (BE): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Travou-se aqui, ao longo da tarde, um debate acerca do orçamento da União Europeia, o qual o Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros classifica como sendo o orçamento possível. Sr. Ministro, em nosso entendimento, este é o orçamento que traduz a Europa possível, numa altura em que o projecto de Europa que está a ser construído, e que se concretiza através deste orçamento, não pode merecer nem a fiabilidade nem a credibilidade das cidadãs e dos cidadãos europeus, uma vez que se trata de uma Europa que enferma de uma profunda anorexia social.

A negociação das perspectivas financeiras da União Europeia para 2007-2013 materializa, numa área muito concreta, o modelo de União Europeia que se prefigura, o que corresponde, nem mais nem menos, ao debate que se situa também em sede da Constituição Europeia.

Caiu — e isso ficou claro ao longo do debate de hoje à tarde — o mito da coesão e da solidariedade como valores de norte nas relações entre os Estados, imperando a realidade nua e crua da prevalência dos interesses dos Estados mais fortes dentro da União e da prioridade à competitividade como princípio norteador da política económica na União Europeia.

Esta negociação decorre num quadro que se caracteriza pelo alargamento da União Europeia a 10 novos Estados e em que se perspectiva o alargamento a mais dois dentro de dois anos.

A adesão destes novos Estados dá origem a um aprofundamento dos desequilíbrios do ponto de vista do desenvolvimento desigual dentro do espaço europeu, já que a inclusão dos mesmos significa uma quebra na captação média do rendimento. O Sr. Deputado António Vitorino chamou-lhe «o preço a pagar», o que traduz uma concepção que vê o problema do alargamento como um factor de agravamento da concorrência entre os Estados mais pobres, que são aqueles que competem entre si acerca do significado dos fundos de coesão no espaço da União Europeia.

Do ponto de vista do Bloco de Esquerda, este alargamento devia originar um reforço da importância política do Fundo de Coesão, com a finalidade de promover o reequilíbrio e, portanto, dar origem a um esforço da dotação orçamental com este objectivo. No entanto, o que se verifica é precisamente o contrário.

A reunião dos chefes de Estado e de governo de 16 de Junho prepara-se para aprovar uma redução do financiamento da política europeia em matéria de coesão económica através de um modelo de cálculo sobre o rendimento bruto da União Europeia.

A origem desta redução situa-se no facto de os países contribuintes líquidos da União Europeia quererem ver reduzida a sua participação para o plafonamento do próximo quadro comunitário de apoio, no sentido de este se fixar num limite nunca superior a 1% do PIB. São estes seis Estados-membros a sobrepor-se aos restantes 19. É a capacidade de afirmação do poder político e do poder económico desses Estados a condicionar a forma como os diferentes Estados se relacionam entre si dentro da União Europeia.

O Sr. **Luís Fazenda** (BE): — Muito bem!

A **Oradora**: — Há, portanto, uma primeira conclusão, que se prende com a subordinação e a cedência do princípio da solidariedade ao predomínio do princípio da força económica e política dos Estados. E esta é, justamente, a mesma linha de orientação presente na arquitetura e na engenharia das instituições da União Europeia tal como se encontra prevista no projecto de Constituição Europeia em debate.

Em segundo lugar, constata-se uma deslocação de prioridades. A prioridade da defesa de uma Europa social, de uma Europa dos cidadãos, num conceito que genericamente se designa como de aprofundamento da qualidade da Europa que pretendemos ter, acaba por ser deslocada para uma prioridade à competitividade das empresas e das actividades económicas.

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, este é o resultado da política económica que resulta e que é coerente com aquilo que a Constituição Europeia pretende consagrar em matéria de política económica.

O Sr. **Presidente** (Guilherme Silva): — Sr.<sup>a</sup> Deputada, peço-lhe que termine, pois já esgotou o seu tempo.

A **Oradora**: — Estou a terminar, Sr. Presidente.

Há, portanto, uma clarificação que precisa de ser feita: o Bloco de Esquerda rejeita esta orientação política, o que é coerente com a rejeição do tratado constitucional presente para debate. Naturalmente, defenderá a intenção aqui explicitada pelo Governo de vetar a resolução do Conselho Europeu caso a solução venha a afastar-se da proposta da Comissão. No entanto, que fique muito claro que este debate demonstrou que a Constituição Europeia em debate leva a esta forma de conduzir a política económica para a Europa.

*Aplausos do BE.*

O Sr. **Presidente** (Guilherme Silva): — Para uma intervenção, em nome do seu grupo parlamentar, tem a palavra o Sr. Deputado Álvaro Castello-Branco.

O Sr. **Álvaro Castello-Branco** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: O próximo período de programação financeira da União Europeia decorrerá num enquadramento económico e social muito diferente do actual, questão, aliás, já aqui abordada pelo Sr. Deputado Miguel Anacoreta Correia.

O contexto da União Europeia é completamente diferente. O quinto alargamento da União Europeia, aos países da Europa Central e Oriental e às ilhas do Mediterrâneo, concretizado em 1 de Maio de 2004, bem como o previsto sexto alargamento, à Bulgária e à Roménia, que, como todos sabem, está planeado para o dia 1 de Janeiro de 2007, condicionarão substancialmente as negociações do próximo orçamento comunitário.

Na sequência destes dois alargamentos, a União Europeia passará a ter cerca de 480 milhões de habitantes. Este alargamento, que é considerado o maior de sempre, é simultaneamente aquele que conduzirá a maiores desequilíbrios territoriais no interior da Comunidade face ao nível médio de rendimento dos novos aderentes, o qual representa apenas 39% da média comunitária.

Torna-se, então, evidente que o alargamento provocou uma pressão acrescida sobre os recursos em matéria de coesão. A concorrência em torno dos fundos estruturais e de coesão aumentou muito em relação ao período actual. Para além do factor «mais concorrência» há ainda um segundo elemento fundamental a ter em consideração: os Estados-membros principais contribuintes pretendem reduzir significativamente a sua contribuição para o orçamento comunitário.

**Vozes do CDS-PP:** — Muito bem!

**O Orador:** — Em Julho de 2004, a Comissão apresentou a última proposta, sustentando, assim, que a política de coesão para o período 2007-2013 deverá passar a focar-se apenas em três prioridades: convergência e competitividade; competitividade regional e emprego; e cooperação territorial. Estas propostas foram uma boa base de trabalho, e temos de acreditar que o Presidente da Comissão terá seguramente um papel relevante.

Ora, sem dúvida nenhuma, a competitividade é importante. A Estratégia de Lisboa, definida desde 2000, pretende transformar a Europa, num espaço de 10 anos, na economia de conhecimento mais competitiva e dinâmica do mundo, capaz de gerar um crescimento económico sustentável, com mais e melhores empregos e maior coesão social.

**Vozes do CDS-PP:** — Muito bem!

**O Orador:** — Esta Estratégia passa, entre outras coisas, por um maior investimento, tanto público como privado, em investigação e em desenvolvimento.

Portugal tem necessariamente que participar no grande esforço europeu para aumentar o investimento nestas áreas, atingindo assim, em 2010, o objectivo de 3% do PIB investido em inovação. Estamos ainda bastante aquém deste objectivo, em particular no que toca ao investimento privado, por isso será preciso concentrarmos toda a atenção no fomento do investimento privado em investigação e desenvolvimento, tanto através de programas governamentais de apoio como de incentivos fiscais, nunca esquecendo a importância de projectos de cooperação entre universidades, institutos politécnicos e empresas, cujo sucesso poderá funcionar como alavanca à criação de novos projectos.

Pergunto, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: qual o papel de Portugal no acompanhamento da aplicação da Estratégia de Lisboa? Estarão as empresas portuguesas preparadas? Não será mais importante focar as atenções na melhor gestão de fundos do que na obtenção de mais e mais fundos?

**Vozes do CDS-PP:** — Muito bem!

**O Orador:** — É que as negociações do futuro quadro financeiro comunitário estão ainda a decorrer em Bruxelas e prolongar-se-ão até ao final de 2005. Da leitura dos acontecimentos anteriores à apresentação da proposta da Comissão, e tendo em conta a evolução das negociações, resulta claro que existe uma forte probabilidade de redução dos fundos estruturais e de coesão e que esta terá implicações no que respeita ao desenvolvimento económico, social e ambiental de Portugal.

Por isso, teremos de ter sempre uma posição forte na negociação destes fundos, mas teremos também de nos adaptar e de perceber que há novas áreas de investimento que passarão a desempenhar um papel muito mais importante do que aquele que desempenharam até agora e que são, precisamente, os investimentos em matéria de inovação ou de ambiente.

Teremos, pois, de fazer um esforço para aproveitar, realmente, os fundos estruturais, de modo a torná-los cada vez mais produtivos e conseguir, assim, que Portugal apanhe o comboio da competitividade europeia.

É este, seguramente, o caminho certo.

*Aplausos do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente** (Guilherme Silva): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Honório Novo.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Sr. Secretário de Estado: Do que foi dito permito-me, em jeito de conclusão, tirar três ideias fundamentais.

A primeira, que, arrisco-me a dizer, merecerá pelo menos o consenso governamental, tem a ver com o princípio de que, a partir deste debate, não poderá voltar a verificar-se o que sucedeu no último ano, mormente desde a Primavera de 2004, desde o momento em que se deu o pontapé de saída no processo de negociação sobre os limites dos recursos próprios da Comunidade entre 2007 e 2013 e, naturalmente, sobre as prioridades políticas então anunciadas para a futura política de coesão numa Europa a 25 ou a 27.

É absolutamente decisivo, no que diz respeito ao PCP, que o Governo mantenha o Parlamento permanentemente informado sobre o desenvolvimento do debate europeu, que forneça aos Deputados e a esta Câmara toda a informação técnica disponível, que analise e debata com a Assembleia o quadro e todas as opções possíveis para defender princípios de coesão, mantendo a defesa dos níveis adequados e suficientes de financiamento do próximo quadro comunitário de apoio.

Uma segunda nota, Sr. Ministro, tem a ver com aquilo que o PCP considera serem as orientações genéricas que deverão nortear as decisões e presidir a esta negociação.

Quanto a nós, não é comprehensível nem aceitável uma visão restritiva do financiamento da União Europeia. Essa é a visão daqueles que propuseram, que defenderam e que estão apostados na referenda e no referendo ao Tratado Constitucional Europeu, visão que acrescenta crise à crise da União Europeia.

É necessário, pelo contrário, adoptar um posicionamento que faça compreender que não é possível termos mais Europa e podermos fazer face a novos e mais problemas com os meios financeiros actuais, ou, ainda, envolvermo-nos numa estratégia inaceitável, que compromete, naturalmente, o futuro equilibrado da União, com a perspectiva de estes meios financeiros poderem vir a ser inferiores aos do III Quadro Comunitário de Apoio.

Uma ideia que gostávamos de deixar aqui clara é a de que não é uma posição forte nem credível a de quem parte para uma negociação complexa deste tipo aceitando, logo à partida, o princípio do mal menor. Não é forte, não é credível e fica numa posição desvalorizada.

Uma outra visão global que temos é a de que interessa a todos na Europa, mas particularmente interessará a Portugal, a defesa da criação de mecanismos específicos destinados a fazer face aos enriquecimentos falaciosos ou virtuais ditos estatísticos e ainda, e sobretudo, os impactos económicos e sociais resultantes dos alargamentos. Interessa ainda — faço este sublinhado pela segunda vez esta tarde —, Sr. Ministro, impedir que, em vez da coesão, a prioridade das acções estruturais seja, no futuro, a competitividade. É absolutamente prioritário nos aspectos negociais que esta orientação política fundamentada, da qual tudo pode decorrer, seja retirada e seja anulada.

Uma terceira e última nota conclusiva, Srs. Ministros e Sr. Secretário de Estado, tem a ver com o eventual enquadramento deste debate no processo referendário em curso, mormente depois do «não» em França ao Tratado da Constituição Europeia. É fundamental sublinhar, no encerramento deste debate, que, quanto a nós, é decisivo isolar e separar os dois temas, é fundamental impedir que, para tentar dar uma imagem de força e de coesão interna, se vá a correr, precipitadamente, fechar e aprovar um qualquer acordo financeiro já em Junho, feito à pressa, um acordo que seja prejudicial a Portugal e à generalidade dos europeus, mormente àqueles que têm mais necessidades de desenvolvimento infra-estrutural e social, um acordo que signifique um corte substancial nas políticas estruturais de coesão, que continuam e continuarião a ser essenciais para o desenvolvimento sustentável de Portugal como país soberano no seio da União Europeia.

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

O Sr. **Presidente** (Guilherme Silva): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado António Almeida Henriques.

O Sr. **António Almeida Henriques** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, uma primeira conclusão no encerramento deste debate: a de que se não fosse a iniciativa do PSD chegaríamos ao Conselho Europeu de Junho sem que a Assembleia da República se tivesse pronunciado sobre uma matéria tão relevante como esta para o nosso desenvolvimento futuro.

Por outro lado, temos uma firme discordância de base em relação ao Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros: entendemos que o processo de construção europeia se faz através do envolvimento das pessoas e que uma matéria como esta, relevante para o desenvolvimento de todos nós e para o futuro do nosso país e dos cidadãos, justificaria plenamente o envolvimento das associações e da sociedade civil numa discussão profunda que trouxesse para cima da mesa a aproximação dos cidadãos da Constituição Europeia. Discordamos de que estes processos, independentemente do seu valor, tenham de ser tratados numa

comissão, dentro de gabinetes ou através da diplomacia. A construção europeia tem de fazer-se através do envolvimento dos cidadãos.

Por outro lado, consideramos que deveria ser seguido o exemplo do que fizemos ontem, ou seja, um debate com pessoas da sociedade civil, do qual ressaltou, de forma extrema, a sua posição em relação a estas matérias e também as preocupações que estão em cima da mesa. Através da apresentação da nossa resolução, também nós contribuímos de forma positiva e afirmativa de forma a dar uma legitimidade acrescida à fase final da difícil negociação que decorre quanto às perspectivas financeiras de 2007-2013. Provavelmente, como já referi, estaremos perante a última oportunidade significativa para que Portugal se modernize, aproveitando os fundos comunitários.»

Outra evidência que quero salientar é a de que, apesar do percurso positivo que o nosso país fez nestes últimos 20 anos, não é menos verdade que a nossa dependência face aos fundos comunitários é enorme, para já não falarmos da sua imprescindibilidade para darmos o próximo salto qualitativo.

Este quadro financeiro será o que definirá as ambições e as prioridades dos próximos sete anos. Não podemos, pois, aceitar que, ao deslocar-se a prioridade política da coesão para a competitividade, se prejudique a coesão. Tem de levar-se em conta o facto de Portugal ser o país mais penalizado com o alargamento, pela sua «perificalidade», acentuada com o último alargamento, pela própria dificuldade de atracção de investimento directo estrangeiro e também pela deslocalização de empresas para os novos países da União Europeia. Direi mesmo que não se pode chegar à situação caricata de serem os países pobres a pagarem o alargamento.

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, analisando a proposta da Comissão Europeia e também o que já tinha sido definido em 1998, quando a Europa tinha 12 Estados-membros, verifica-se que foi decidida uma taxa que seria, no máximo, de 11,4%.

Entretanto, decorreram mais de 15 anos. Neste período realizaram-se dois alargamentos, que duplicaram o número de Estados-membros, entraram em vigor três tratados e a União Europeia assumiu novas competências, designadamente na revitalização da Estratégia de Lisboa, mas também em questões ambientais, de segurança, de política externa, de investigação e de defesa. Tantas matérias se acrescentaram aos desígnios da União Europeia!

Por isso, não podemos aceitar um patamar inferior ao proposto pela Comissão, muito aproximado ao relatório do Parlamento Europeu.

Como disse recentemente o Presidente da Comissão, não é possível ter mais Europa com menos recursos. Portanto, defendemos que Portugal tem de adoptar uma postura firme, alicerçada também nesta Casa da democracia.

Além disso, é fundamental que as negociações tenham um fim no decorrer da presidência luxemburguesa, sob pena de ficar comprometido o início do próximo período.

Por outro lado, a especificidade de Portugal tem que ser atendida, não só pela nossa dependência dos fundos estruturais mas também pelo nosso atraso face a áreas essenciais da União Europeia. Refiro-me, por exemplo, ao atraso no campo da investigação e desenvolvimento, em que, para darmos o salto qualitativo, é necessária uma taxa muito forte; refiro-me também ao aspecto das qualificações, no qual Portugal terá de fazer um forte esforço para dar um salto qualitativo; refiro-me igualmente às nossas regiões ultraperiféricas, a Madeira e os Açores, que têm de ter um tratamento específico que compense os custos da ultraperiferia; refiro-me ainda à agricultura portuguesa, com as suas especificidades, que, como já aqui foi referido, deverá seguir aquilo que o Conselho Europeu de Outubro de 2003 definiu, isto é, que os cortes, se existirem, não deverão incidir sobre as verbas previstas para o desenvolvimento rural.

Também a área do ambiente terá de ver as suas verbas reforçadas, designadamente com a criação de um fundo comunitário para esse fim específico.

Uma última palavra para um aspecto com que Portugal sofre muito neste momento: a questão chinesa e a abertura das fronteiras.

Nem todos os países perdem tanto como Portugal com a invasão dos produtos chineses. Este aspecto constitui também uma especificidade de Portugal, que deveria ser colocada em cima da mesa e negociada no âmbito do quadro das perspectivas financeiras para 2007-2013.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Queremos aqui afirmar que não se pode pôr a coesão de lado, ela tem de continuar. O Governo tem de ter uma atitude firme, não pode pôr a fasquia excessivamente baixa, tem de pô-la a um nível que permita, efectivamente, consolidar o nosso desenvolvimento nos próximos anos.

Se o Governo adoptar esta postura o Grupo Parlamentar do PSD apoia-lo-á, porque, acima de tudo, estão os desígnios de Portugal e a última oportunidade que temos para aproveitar este quadro financeiro de apoio para 2007-2013.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente** (Guilherme Silva): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado João Cravi-

nho.

O Sr. **João Cravinho** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Estamos no termo de um debate que foi frutuoso e gostaria de recordar ao PSD, autor desta iniciativa — e ainda bem que a tomou —, que as perspectivas financeiras datam de Fevereiro de 2004. Passaram-se três meses, seis meses, nove meses,... e ao fim de 14 meses o PSD lembrou-se que era urgente que este Governo, com dois meses de actividade, viesse aqui explicar a inactividade do PSD nos 12 meses anteriores. Está explicado!

**Vozes do PS:** — Muito bem!

O **Orador**: — Lembro ainda que os regulamentos são de Julho de 2004 e que as negociações para os regulamentos começaram na presidência holandesa, no segundo semestre de 2004. Informação à Assembleia da República sobre isso: nada!

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — É verdade!

O **Orador**: — Pensa-se, no entanto — e bem —, que competirá a este Governo finalizar essas negociações e que, em seu tempo, continuaremos a discutir o assunto.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

O **Orador**: — Gostaria de dizer que este debate permitiu ao Governo, com toda a clareza, explicar princípios e objectivos negociais, mas nenhum dos objectivos negociais apresentado pelo Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros foi contestado fosse por quem fosse. Portanto, houve consenso nesta Assembleia sobre os objectivos negociais.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

O **Orador**: — O Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros foi também de uma transparéncia total e fez o que até aqui não me lembro de ter visto fazer a qualquer membro do Governo antes de as negociações estarem concluídas. Numa fase tão indecisa e grave como esta, veio aqui explicar as diferentes propostas, as suas margens e afirmar, claramente, o que Portugal poderia aceitar e o que Portugal rejeitaria de certeza.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

O **Orador**: — A esse propósito, queria felicitar o Sr. Ministro, para lhe dizer que recordo um velho dito que, uma vez, a propósito de um debate, ouvi no Parlamento Europeu: não há Estados grandes, não há Estados pequenos; há Estados com homens de Estado que os representam e há os outros.

Portugal, na Europa, com o PS, sempre teve homens de Estado nestas negociações difíceis e continua a ter. Gostaria de o felicitar por isso, pela clareza que aqui demonstrou.

*Aplausos do PS.*

Os meus colegas António Vitorino e Luís Braga da Cruz expuseram aqui as posições do PS com toda a clareza: estamos com o Governo e vemo-nos como reflexo na acção que o próprio Governo tão bem vem desempenhando. Portanto, há uma solidariedade que sinto partilhada por quase todos nesta Câmara, apesar da necessidade de às vezes ser manifestada alguma suposta divergência.

Apenas uma divergência — essa real e funda — foi aqui expressa: há quem queira fazer da Europa uma Europa fundamentalmente dos financiamentos, da coesão não como objectivo político, mas a coesão é fundamentalmente um valor político, fundado numa partilha política de destino. Porém, há quem queira rejeitar essa partilha política de destino e exigir que a Europa se transforme numa espécie de «banco financeiro», sabe-se lá a que título.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

O **Orador**: — Esta posição foi hoje aqui expressa, mas será com certeza derrotada, porque não tem qualquer legitimidade, não convence ninguém, nem sequer os próprios.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Finalmente, gostaria de dizer que estamos preparados para aplicar os fundos que nos forem destinados, mercê da boa negociação que está a ser conduzida pelo Governo. E, nesse campo, talvez o PSD não tenha atentado que mais valia que 90% dos fundos estruturais recebidos anteriormente tivessem sido aplicados com 20%, 30%, ou 40% de muito maior eficiência.

O problema que esta Câmara tem de discutir é como vai aplicar os fundos na nova regulamentação, que prevê um objectivo estratégico claro, que prevê uma concentração dos recursos em finalidades comprovadas e medidas em função de objectivos estratégicos. Para isso, o PS tem uma doutrina clara, cinco dimensões essenciais: uma dimensão de competitividade; uma dimensão de produtividade — não nos enganemos, pois a competitividade e a produtividade são grandes instrumentos de coesão; uma dimensão de coesão social; uma dimensão de coesão territorial, pois queremos uma Europa policéntrica, em que Portugal tenha centros de competitividade e de progresso a nível europeu, e não uma Europa «subsídio-dependente» (rejeitamos essa concepção, que ainda perpassa um bocado nesta Câmara); e, finalmente, uma dimensão de Europa que seja capaz de conceber e dinamizar uma solidariedade real, baseada numa partilha de valores, num projecto político e numa noção de paz global e de solidariedade com todos aqueles que esperam que a Europa, num mundo unipolar, seja capaz de pôr fim a uma hegemonia que só tem interesse na chamada globalização com centro fora da Europa.

Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, para terminar, gostaria de lhe agradecer e dizer que será com o maior gosto que o continuaremos a receber aqui, na Assembleia da República, na certeza de que temos, nestas negociações, um homem de Estado.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente (Guilherme Silva): — Tem a palavra o Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros.

O Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: As minhas primeiras palavras são para me congratular com o facto de este debate ter tido lugar e ter durado mais de três horas seguidas com intervenções quase todas de muito alto nível e todas de grande significado. O Governo tomou boa nota de todas elas e agradece-as.

Queria dizer a todos os Srs. Deputados de qualquer das bancadas que se tiverem novas propostas, novas ideias que possam ajudar o Governo nos 15 dias decisivos que nos faltam para o momento da verdade. O Governo agradece que as enviem ao meu Ministério — serão estudadas e aproveitadas sempre que as considerarmos adequadas e oportunas, o que certamente acontecerá com a grande maioria delas.

Queria também dizer que o Governo não está nesta negociação com a estratégia de obter um mal menor. Admito que haja quem pense assim, mas, de facto, não é essa a nossa intenção. Se fosse, há muito teríamos cruzados os braços. Continuaremos a bater-nos até ao último minuto e, provavelmente, pela noite fora do dia 17. A nossa estratégia não é a do mal menor; é a do máximo possível!

É bom, nesta altura, ter uma atitude negocial simultaneamente lúcida e firme. No que toca à lucidez, creio que nada de essencial foi contestado, como já disse o Sr. Deputado João Cravinho, embora tenha havido, em pontos importantes, algumas divergências. Quanto à firmeza, ouvi de várias bancadas apelos à firmeza negocial do Governo. Podem os Srs. Deputados estar certos de que ela existirá até ao último minuto. E, já agora, consintam que lhes diga que não me recordo — mas poderá ser falha da minha memória —, nestes 20 anos de presença de Portugal na União Europeia, de qualquer outro governo que tenha partido para Bruxelas dizendo que, se os interesses nacionais não estiverem devidamente acautelados, utilizará o direito de voto.

Aplausos do PS.

Qual a Europa por que nos batemos? Não é, certamente, a mesma para todas as bancadas. Limite-me a enunciar, modestamente, a Europa por que se bate o actual Governo português.

Em primeiro lugar, a Europa da paz interna e externa; não a Europa das guerras interiores ou do intervencionismo militar externo!

Em segundo lugar, a Europa da democracia e dos direitos humanos; não a Europa das ditaduras ou das limpezas étnicas!

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Em terceiro lugar, a Europa da igualdade entre os povos; não a Europa das oligarquias militares ou financeiras!

Em quarto lugar, a Europa da protecção do ambiente; não a dos favores escondidos às indústrias poluentes!

Em quinto lugar, a Europa da união política; não a da mera união aduaneira!

Em sexto lugar, a Europa social; não a Europa dos homens de negócios!

Em sétimo e último lugar, uma Europa onde Portugal, mercê da coesão, possa sair da coesão e onde, quando sair da coesão, se recorde de que há países mais pobres que continuam a precisar da coesão!

*Aplausos do PS.*

A terminar, Sr. Presidente e Srs. Deputados, quero dizer desde já que, de acordo com as regras próprias da democracia pluralista e com a natural dialéctica entre Governo e oposição, no dia em que o Governo português chegar a acordo acerca do orçamento comunitário, considerarei natural se os partidos da oposição, nomeadamente os que não compartilham da mesma ideia da Europa, criticarem o Governo por não ter «conseguido a lua». Mas espero sinceramente que, se Portugal, em defesa dos interesses nacionais, for obrigado a utilizar o seu direito de veto, todos os partidos o apoiem nessa atitude corajosa!

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente** (Guilherme Silva): — Srs. Deputados, terminámos este debate mensal de interesse relevante sobre perspectivas financeiras da União Europeia, requerido pelo PSD.

A Sr.<sup>a</sup> Secretária vai dar conta de um relatório e parecer da Comissão de Ética.

A Sr.<sup>a</sup> **Secretária** (Maria Carrilho): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, o relatório e parecer da Comissão de Ética refere-se à substituição, nos termos do artigo 5.º, n.º 2, alínea d), do Estatuto dos Deputados, por um período não inferior a 50 dias, nem superior a 10 meses, com efeitos desde 1 de Junho corrente, inclusive, de António da Silva Preto (PSD), círculo eleitoral de Lisboa, por José de Matos Rosa.

O parecer é no sentido de que a substituição em causa é de admitir, uma vez que se encontram verificados os requisitos legais.

O Sr. **Presidente** (Guilherme Silva): — Srs. Deputados, vamos votar o parecer.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

Srs. Deputados, a nossa próxima reunião plenária será amanhã, às 15 horas, e terá como ordem do dia o debate, na generalidade, do projecto de lei n.º 68/X — Altera as regras do sigilo bancário para garantir o combate eficaz à fraude fiscal (BE). Haverá também votações.

Está encerrada a sessão.

*Eram 17 horas e 55 minutos.*

Srs. Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Socialista (PS):

Alberto Marques Antunes  
Carlos Cardoso Lage  
Glória Maria da Silva Araújo  
Joaquim Augusto Nunes Pina Moura  
Jorge Manuel Gouveia Strecht Ribeiro  
José Alberto Rebelo dos Reis Lamego  
Sandra Marisa dos Santos Martins Catarino Costa  
Susana de Fátima Carvalho Amador

Partido Social Democrata (PSD):

António Paulo Martins Pereira Coelho  
Arménio dos Santos  
Joaquim Virgílio Leite Almeida Costa  
Jorge José Varanda Pereira  
José Luís Fazenda Arnaut Duarte  
José Manuel Marques de Matos Rosa  
Manuel Joaquim Dias Loureiro  
Miguel Fernando Cassola de Miranda Relvas  
Miguel Jorge Pignatelli de Ataíde Queiroz  
Miguel Jorge Reis Antunes Frasquilho  
Pedro Quartim Graça Simão José

Partido Comunista Português (PCP):

Agostinho Nuno de Azevedo Ferreira Lopes  
Francisco José de Almeida Lopes

Partido Popular (CDS-PP):

Álvaro António Magalhães Ferrão de Castello-Branco  
João Rodrigo Pinho de Almeida  
José Paulo Ferreira Areia de Carvalho  
Paulo Sacadura Cabral Portas  
Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia

*Srs. Deputados que faltaram à sessão:*

Partido Socialista (PS):

Fernando Manuel dos Santos Gomes  
João Raul Henriques Sousa Moura Portugal  
José Apolinário Nunes Portada  
Manuel Maria Ferreira Carrilho  
Maria Matilde Pessoa de Magalhães Figueiredo de Sousa Franco  
Sónia Ermelinda Matos da Silva Fertuzinhos

Partido Social Democrata (PSD):

Carlos Alberto Pinto  
Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto  
José Manuel Pereira da Costa  
Sérgio André da Costa Vieira

Partido Comunista Português (PCP):

Jerónimo Carvalho de Sousa

A DIVISÃO DE REDACÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL